
COMISSÃO DA VERDADE DO RIO

RELATÓRIO DE PESQUISA

COLORINDO MEMÓRIAS E REDEFININDO OLHARES:

Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015.

SUMÁRIO

I. Descrição das fontes e percurso de pesquisa	11
---	-----------

II. “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”: violência estrutural e racismo institucional	15
--	-----------

III. “Não se fala de corda em casa de enforcado”: discursos sediciosos, organização política e territórios negros na mira do regime	23
--	-----------

IV. “Botando o preto no branco”: sangue negro derramado na luta por Liberdade e Democracia	48
---	-----------

V. Conclusões	67
----------------------	-----------

VI. Recomendações	70
--------------------------	-----------

VII. Referências Bibliográficas	71
--	-----------

COLORINDO MEMÓRIAS E REDEFININDO OLHARES: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro¹

Thula Rafaela de Oliveira Pires²

O trabalho se inscreve na proposta da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro de elucidar as violações a direitos humanos perpetradas no período da ditadura militar, de forma a efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Toma-se a concepção de direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica, que nega uma tradição que usa a expressão para mascarar e naturalizar situações de dominação e opressão e reproduzir, através da falácia de sua universalidade, a sacralização de lugares sociais e históricos escalonados a partir de perspectivas coloniais, racistas, patriarcais, heteronormativas, cristãs, de idolatria do capitalismo neoliberal ou representativa da versão contemporânea da missão civilizatória. Nesse sentido, os direitos humanos são aqui entendidos como:

produtos culturais que formam parte da tendência humana ancestral por construir e assegurar as condições sociais, econômicas, políticas, econômicas e culturais que permitem aos seres humanos perseverar na luta pela dignidade, ou o que é o mesmo, o impulso vital que, em termos spinozanos, lhes possibilita manter-se na luta por seguir sendo o que são: seres dotados de capacidade e potência para atuar por si mesmos. (HERRERA FLORES, 2009, p.191)

A pesquisa pretende contribuir para a produção de memória sobre a ditadura militar (1964-1985), colocando a *raça* como lente privilegiada de análise. Trata-se de uma postura teórica³ pouco explorada nos trabalhos acadêmicos, notadamente na área

¹ A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Pesquisa “Desigualdades, Desrespeito e Discriminação: a atuação do direito brasileiro nas relações sociais de dominação e opressão”, coordenado pela Professora Thula Pires, com a participação das mestrandas Caroline Lyrio (PUC-Rio) e Carolina Câmara Pires dos Santos (UFF) e graduandas Ellen Mendonça (bolsista FAPERJ) e Marina Reis (bolsista PET-JUR). Destaca-se a colaboração de Clarício Santos (PUC-Rio) e Jorge da Silva (UERJ), bem como a valiosa colaboração dos pesquisadores da CEV-Rio, em especial Virna Plastino, Lucas Pedretti e Pedro Bomfim.

² Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Professora da graduação e pós-graduação em Direito da PUC-Rio.

³ O referencial epistêmico-metodológico usado no trabalho vincula-se à tradição da Teoria Crítica da Raça (*Critical Race Theory*), a partir de sua confrontação com a categoria *amefricanidade*, desenvolvida por Lélia Gonzalez. Nesse sentido, trata-se de um esforço de apresentar proposta capaz de romper com o racismo epistemológico, entendido como “gama de epistemologias de pesquisa existentes atualmente, [que] surge da história social e da cultura da raça dominante e que, portanto, reflete e reforça essa história social, excluindo epistemologias de outras raças e culturas e gerando consequências negativas para as ‘pessoas de cor’ em geral – especialmente para os ‘estudiosos de cor’.” (SCHEURICH e YOUNG, 1997:8). Como resposta aos modelos epistemológicos eurocentrados, a *afrocentricidade* (ASANTE, 2009) reorienta as investigações sobre as relações raciais dando aos negros uma posição central na análise e a *amefricanidade* (GONZALEZ, 1988) a situa a partir da

do Direito no Brasil, mas que diante de uma realidade marcadamente racista como a aqui experienciada, mostra-se oportuna e necessária.

Nesse sentido, pretende-se evidenciar as medidas tomadas pela ditadura militar contra negros e as que tenham conotação racista. Portanto, além da violência estrutural a que são acometidos negros e negras no Rio de Janeiro – e que tiveram um incremento considerável diante da realidade de violência imposta pelo regime, pretende-se inventariar algumas das práticas que foram empreendidas contra negros e que podem ser atribuídas ao passado colonial-escravista que marcou os órgãos de Segurança Pública de um Racismo Institucional congênito. Serão abordadas também outras práticas que foram mobilizadas pelo aparato repressivo da ditadura quando passou a encarar como ameaça as articulações de combate ao racismo que foram se desenvolvendo no período. Por fim, serão inventariadas algumas das violências sofridas por negros que militaram nas trincheiras oficialmente reconhecidas como de esquerda.

O corte racial em uma pesquisa com esse objeto justifica-se não apenas pelo dado evidente relacionado ao contingente populacional envolvido na discussão (50,7% da população brasileira, de acordo com o Censo do IBGE de 2010). O fato do Regime Militar ter adotado o mito da democracia racial como um dos seus mecanismos ideológicos de controle⁴, consubstanciado, entre outros na famigerada Lei de Segurança Nacional, faz com que o relato responsável do período passe

experiência negra fora do continente Africano, principalmente na América latina e Caribe. Pretende-se a partir de uma epistemologia e metodologia coloridas ecoar a memória de sujeitos subalternizados e secularmente desrespeitados pelas narrativas oficiais.

⁴De acordo com Hanchard (2001:137): “No plano da propaganda e das comunicações, a imagem difundida da união nacional era da máxima importância e qualquer referência à desarmonia racial, dentro ou fora do Brasil, estava proibida. Os censores do cinema foram instruídos a verificar se algum filme retratava problemas raciais no Brasil, se versava sobre movimento Black Power nos Estados Unidos, ou se aludia a problemas raciais de um modo que pudesse causar impacto no Brasil. [...] Num exemplo de censura especificamente racial na imprensa escrita, censurou-se uma frase de um artigo do *Manchester Guardian* britânico sobre jogo de xadrez: ‘Os brancos têm grandes vantagens materiais, enquanto os negros não têm abertura legal’.”

Sobre a alegação de que a ditadura militar assumiu o mito da democracia racial, a partir dos estudos da escolar paulista de sociologia, agentes do regime escrevem na Informação 580/19/AC/78: “*Certamente seria até benéfico apontar as falhas no tão louvado modelo brasileiro de democracia racial a seus mais empedernidos apologistas. Seria, porém, o caso de perguntar se esses críticos progressistas não seriam, até certo ponto, vítimas de seus próprios preconceitos. Muitos parecem mais interessados na luta de classes do que na luta de raças. Falam de "negritude" pensando em revolução.*”

Salvo engano total, os brasileiros estão paulatinamente tornando realidade uma democracia racial até hoje jamais concretizada em país algum. Seu modelo - apesar de todos os senões citados - já se encontra provavelmente num estágio tão adiantado que, dificilmente, correrá perigo. Futuramente haverá, decerto, políticos negros, porém não partidos negros. Haverá contestação dos negros desfavorecidos, porém não como negros e sim como desfavorecidos, e em colaboração com seus semelhantes brancos desfavorecidos. Já não se concebe uma rebelião de características raciais.”

necessariamente por essa lente, sob pena de serem reproduzidas as falaciosas memórias incolores que reforçam os lugares de subalternidade e encobrem as agências de negros e negras que, sempre a duras penas, determinam seus percursos políticos em primeira pessoa, com sangue, suor e gritos (de ordem e de dor).

O *quase* parece definir nossa especificidade histórica, que sempre modificou para menos o que presumivelmente apareceria em sua plenitude em outros países. Sempre tivemos, por essa leitura, menos racismo do que os outros. A atenuação alcançou seu grau máximo com o emprego inusitado do adjetivo “cordial”. [...] O adjetivo não exatamente determina o substantivo, mas o subordina e lhe extrai as entranhas desumanizadoras. Lembro-me das lições de minha infância remota: “o adjetivo modifica o substantivo (CARDOSO, 2015).

No período da Ditadura Militar, foram se organizando distintas entidades no Estado do Rio de Janeiro que objetivavam a denúncia e o enfrentamento das desigualdades raciais e da violenta expropriação do corpo negro e de sua trajetória histórico-política. Podem ser citadas exemplificativamente, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) em 1974, o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) em 1975, o Grupo de Trabalho André Rebouças em 1975 e o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) em 1975. A síntese desses movimentos e outros correlatos espalhados pelo país deu origem à formação do Movimento Negro Unificado em 1978. Em sua fundação fica nítido, através de *Carta Aberta à População*⁵, o tom de denúncia contra discriminação

⁵ Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial, *Carta Aberta à População* (7 de Julho de 1978):

“Contra o Racismo.

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o sub-emprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico, Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.

(...) É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que esse movimento seja um forte movimento de luta permanente da comunidade, onde todos participem da verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso, chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e a organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira.

racial, desemprego, subemprego e marginalização sofridos cotidianamente pela massa negra no país.

No período que antecede a eclosão do golpe militar, uma série de pesquisas sobre relações raciais são empreendidas no Brasil, no que se conhece como PROJETO UNESCO. Inicialmente, tomando como premissa a ideia do Brasil como paraíso racial, a intenção dos financiadores do Projeto era, no pós guerra, oferecer ao mundo a receita de harmonia entre raças que era experimentada em terras brasileiras. A investigação, ao contrário, foi a responsável pelo questionamento acadêmico do mito da democracia racial e ofereceu diagnósticos importantes sobre o estado das relações raciais na década de 50. Nesse sentido, torna-se essencial a esse trabalho, retomar brevemente as considerações de Costa Pinto, autor responsável pela investigação das relações raciais no Rio de Janeiro.

Uma das principais contribuições do autor na obra *O Negro no Rio de Janeiro*, publicada em 1953, foi a de promover um estudo sociológico do negro a partir das relações raciais e não sobre os produtos dessas relações (assimilação, aculturação, etc.), como era comum entre os estudos etnográficos e históricos. A partir dos dados do Censo Demográfico de 1940, Costa Pinto destaca a composição da população do Distrito Federal por cor/raça, sexo, atividades econômicas, ocupação, escolaridade, lugar de moradia, entre outros. Hasenbalg sistematiza as conclusões do autor no seguinte sentido:

As transformações da estrutura social, aceleradas a partir do fim da primeira guerra mundial através da urbanização e a industrialização, produz três resultados: a) a concentração de grandes massas de cor no proletariado urbano, b) o aumento da diferenciação interna do grupo de cor em estratos e classes diversas e c) o surgimento de problemas novos de mobilidade e ascensão social para o conjunto do grupo, particularmente para seu estrato superior. [...] O preconceito e a discriminação que não tinham razão de ser no padrão tradicional das relações raciais, aparecem agora para reconduzir a seu lugar o negro que historicamente sai do lugar que tradicionalmente ocupava no sistema das relações raciais. (HASENBALG, 1999, p.73).

Nesse sentido, Costa Pinto trabalha com a tese de que no período, diferentemente do propagado mito da democracia racial, haveria o crescimento das tensões raciais, na medida em que a mudança de posição social do negro na sociedade

Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL

PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO

POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL”. (PEREIRA, 2013, p.217-218).

determinou o aparecimento/recrudescimento dos atos de preconceito, que surgiram para lembrar os negros dos lugares sociais a eles tradicionalmente reservados. E, a resistência aos atos de preconceito teriam modelos distintos dependendo do estrato social que o negro ocupava. Segundo o autor (1953), o negro de classe média tendia a tomar consciência de sua opressão pelo aspecto racial, em razão da resistência a sua mobilidade pelos estratos brancos das classes superiores; enquanto que o negro-massa enfrentava o preconceito como massa, a consciência de sua opressão se dava na perspectiva de classe.

Essa retomada do perfil do negro na sociedade do Rio de Janeiro na década de 50 é fundamental para que sejam compreendidos os diversos modelos de violência sofridos no período inaugurado em 1964. Dependendo do estrato social a que pertence o negro, mecanismos distintos de repressão de Estado serão empreendidos contra ele, assim como distinta tende a ser a sua resistência.

Representativo do discurso oficial do regime sobre a questão racial é a Informação 437/74 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça⁶ para ser difundido entre SNI/AC – RECISA – CENIMAR – CIE. Trechos mais significativos do documento serão a seguir reproduzidos, de modo que a vinculação do regime ao mito da democracia racial e a postura das polícias políticas em relação aos processos de mobilização negras não seja reportado a possíveis interpretações da pesquisa, mas seja definida por eles mesmos:

Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. [...]

Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com incidentes ocorridos no meio artístico (na época, o caso de TONY TORNADO, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados em revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome.[...]

Nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra.[...]

Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos e movimentos conhecidos por ‘PANTERAS NEGRAS’, ‘BLACK POWER’ e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de

⁶ Disponível no Arquivo Nacional: AC ACE 78482/74, CNF, I/I.

organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M. C. I. [Comunismo Internacional], em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais.[...]

O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional.

Essa perspectiva é detalhada em conjunto de documentos⁷ produzidos pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, que compila e envia para a chefia do SNI (CH/SNI) documentos produzidos pelas agências regionais sobre o tema do chamado “Racismo Negro”. A centralidade dessas fontes para a pesquisa justifica-se pelo seu encaminhamento à Chefia do SNI e, com isso, possivelmente, reportado diretamente à cúpula política da ditadura. Nas quase 400 páginas de documentos, é destacado o controle do regime sobre o que eles denominaram *Associações Culturais* destinadas a propagação da cultura negra no Brasil⁸ e sobre o Movimento Soul. Ressaltam uma suposta articulação das associações culturais com a Embaixada do Senegal, através do diplomata Edmond Roques King⁹. Há alusões a

⁷ Informação 580/19/AC/78, Disponível no Arquivo Nacional: AC ACE 109622/76, CNF, I/4.

⁸ Atuando no Rio de Janeiro, o documento lista as seguintes *Associações culturais*: Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), que tem como líder a socióloga MARIA BEATRIZ DO NASCIMENTO e realiza cursos na sede do Instituto Cultural BRASIL-ALEMANHA – (ICBA); Cultura Negra do Brasil; Grupo Apache; Centro de Estudos Brasil-África (CEBA); Gran Quilombo; Associação de Intercâmbio Brasil-África, que edita o jornal SINBA; Grupo Olorum Baba Mim - conjunto musical especializado em músicas africanas. Para o regime: “As Associações Culturais desenvolvem, em primeiro plano, o trabalho de recrutar associados da raça negra, desenvolvem freqüentemente ciclos de palestras sobre o desenvolvimento da cultura negra no Brasil. Nesta fase, os conferencistas preocupam-se em não falar ostensivamente em política, mas condicionam os ouvintes a aceitar a existência de um disfarçado racismo branco no Brasil”.

⁹ A relação da militância negra com o Senegal foi descrita por Carlos Negreiros à CEV-Rio, a partir de episódio envolvendo boicote à Orquestra Afrobrasileira por interventor da Rádio MEC, quando da realização no Senegal do Festival de Arte Negra, em 1968. Negreiros relatou que Léopold Sédar Senghor, em 1967 quando ainda era embaixador do Senegal foi apresentado à orquestra por Paschoal Carlos Magno. Senghor que havia desenvolvido a *Teoria da Negritude* com mais dois pensadores, entre eles Aimé Césaire, ficou muito impressionado com o trabalho desenvolvido pela Orquestra Afrobrasileira. Nas palavras de Negreiros: “aí nós fizemos um ensaio para ele e ele ficou muito impressionado. E aí falou, isso que é importante, ‘olha, de tudo que eu vi, isso é a coisa mais representativa da cultura negra nesse país. Na minha opinião, pretendo...’ ele já tava envolvido nesse processo aqui... ‘o dia que eu organizar o festival...’ já tava na cabeça dele ‘faço questão que vocês representem o país de vocês, que vocês vão’. E aí, tem o festival e foram outras pessoas do governo. [...] Ele [Senghor] se tornou presidente [do Senegal] que fez o festival. Primeiro festival de arte negra... [...] Aí ele manda o convite pra Rádio pedindo que a rádio libere a orquestra, [...] a direção do comitê dos artistas não tomou conhecimento dessa carta que... o Senghor pediu diretamente... como a rádio era a rádio federal, do governo, ele mandou pra Rádio MEC, não mandou pro ministério [...] Aí o comitê mandou outras pessoas. Mandou Elizete Cardoso... [...] o Eremildo [interventor da Rádio MEC] negou [...] e morreu ali. Enfim, o governo é que mandou outras pessoas. Ele [Senghor] chegou lá, não tava a orquestra. [...] Aí, mais tarde, o pessoal do O Globo, teve uma repercussão grande esse festival, entrevistando o Senghor... ‘gostou dos artistas...[...] o que você acha, não sei o que...’ ele falou ‘olha, eu estranhei que uma orquestra que eu achei que era mais representativa da cultura *pararan pararan*, não veio, o país não mandou’ O Globo publicou isso. O Eremildo viu essa publicação... [...]

apropriação do discurso racial por ditas organizações terroristas, como o MR-8¹⁰. Destacam como pontos de encontro dos ‘radicais’ o “Calçadão” (Praça do Relógio, em CAXIAS) e a Adega Pérola (em Copacabana). São listados como infiltrados no movimento negro, com antecedentes subversivos: Ricardo de Carvalho Duarte, Carlos Alberto Vieira, Olímpio Marques dos Santos e Carlos Alberto Medeiros. Há, ainda, destaque para pessoas “de maior lastro cultural”, responsáveis pela difusão de ideias que contrariam a harmonia entre as raças no Brasil, entre elas, Maria Beatriz do Nascimento e Abdias Nascimento¹¹.

Dentro da Doutrina de Segurança Nacional da época, além de representarem um perigo interno à ordem pública, havia efeitos externos indesejados pelo regime nesse processo de articulação. Apesar do controle interno cerrado e das violências efetuadas contra negros pelo regime militar, no plano externo interessava ao Brasil blindar-se de interferências relacionadas à violação de direitos humanos por parte de organizações internacionais que, no que diz respeito especificamente à questão racial estavam bastante atentas aos processos de independência africanos, movimento por direitos civis nos EUA e regimes instituídos de *apartheid* como o da África do Sul. Durante a década de 1960 o Brasil internalizou três importantes documentos internacionais sobre o tema: a Convenção 111 OIT (1958), em 1968; a Convenção relativa à luta contra a discriminação no ensino (1960), também em 1968; e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

foi em 1968. Aí o Eremildo se sentiu agredido por aquilo, tá e, a partir daí, a orquestra não teve mais chance de ensaio e mandou que pegasse os instrumentos [...] ah, um detalhe, os instrumentos passaram a ser guardados sabe aonde? Quer dizer, o Eremildo jogou os instrumentos todos, jogou os instrumentos e alguns ficaram quebrados. Jogou no depósito, jogou no depósito. Depois esses instrumentos foram pegos, reposicionados e foram guardados na Associação dos Blocos. [...] e a partir daí a orquestra não teve mais atividade.”

¹⁰ Segundo a Informação 580/19/AC/78: “Da mesma forma, para as organizações subversivo-terroristas o acirramento de antagonismos raciais é um meio útil a seus propósitos. A publicação clandestina “INDEPENDÊNCIA OPERÁRIA”, porta-voz do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), em seu n.28, edição de Jul. 77, instiga claramente a revolta racial com “palavras de ordem” como “contra a educação racista”, “contra a discriminação racial” e “por uma autêntica democracia racial”. Preconiza, também, a introdução, nos currículos escolares, da disciplina “História do Negro”, além da criação de um periódico noticioso exclusivamente da “Comunidade Afro-brasileira”. Disponível no Arquivo Nacional: AC ACE 109622/76, CNF, I/4, p. 17.

¹¹ Abdias Nascimento é retratado pela Informação 580/19/AC/78 (disponível no Arquivo Nacional: AC ACE 109622/76, CNF, I/4, p. 46) como “Racista brasileiro, negro, fundador e diretor do antigo Teatro Experimental do Negro”. Esteve sempre na mira do regime. A Agência Central do SNI produziu longo documento sobre os antecedentes de Abdias em 24 de agosto de 1978, através da Informação 0673/19/AC/78 que destaca sobremaneira a atuação do pensador fora do Brasil, notadamente suas possíveis relações com Cuba. Nesse sentido é paradigmática a passagem, às folhas 04 e 05 do documento: “Em sua colaboração para o livro ‘MEMÓRIAS DO EXÍLIO’, no ano 1976, com a finalidade de difamar o BRASIL no exterior, defende a tese de que existe perseguição racial no BRASIL, e que o negro precisa se impor como raça”. Documento disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 2671/82 CNF I/I, pp. 28-29.

Racial (1968), em 1969. Assim, a possibilidade de que os movimentos internos de contestação das desigualdades raciais repercutissem externamente era entendida como uma espécie de “campanha antibrasileira no exterior”¹².

Defende-se a hipótese de que além de uma violência racial que pode ser atribuída estruturalmente aos órgãos de Justiça Penal¹³ e aquela sofrida pelos negros que, como Osvaldão e Marighella, engajaram-se em movimentos de oposição ao regime, houve no período da ditadura uma repressão especificamente orientada a neutralizar os processos de articulação negra, não por se tratar de uma mobilização política como outra qualquer, mas por colocar em xeque externamente a imagem que o Estado pretendia cultivar – de paraíso racial – e internamente por ser capaz de aglutinar um contingente significativo de pessoas predispostas a desafiar os processos políticos, sociais, econômicos e culturais de opressão e subalternização do negro na sociedade brasileira.

As reflexões suscitadas pela pesquisa serão apresentadas a partir de três eixos principais: i) o primeiro destacando as violências estruturais contra negros, mobilizadas por aparelhos repressivos do Estado e que foram impactadas pelo incremento geral de violência vivenciado no período de 1964-1985; ii) em seguida, pretende-se demonstrar o desenvolvimento de uma preocupação e controle dos processos de articulação entre negros e negras, independente de sua vinculação com reivindicações tradicionalmente de esquerda. Nesse campo, merecerá análise destacada a atuação do *Movimento Black Soul*, as organizações de articulação negras que foram monitoradas e eventos de censura ocorridos em escolas de samba; por fim, iii) serão recuperados alguns casos de repressão militar de violência extrema (tortura, morte e desaparecimento) contra negros por seu engajamento com projetos político-ideológicos reconhecidos tradicionalmente como de esquerda (sindicalistas, Convergência Socialista e VAR-Palmares), de forma a que sejam conhecidos os militantes negros que sofreram violências drásticas no período e que seja desmistificada a ideia de que militante revolucionário não tem cor.

¹² Ilustrativa dessa postura é o trecho do Encaminhamento 129/19/AC/77, em que se lê: “Encaminha-se, para conhecimento desse órgão, reportagem intitulada “Contra o Racismo por uma Nova História” (ANEXO 1), publicada na ‘VERSUS’, edição de Out. de 77 abordando o I Congresso de Cultura Negra das Américas”, no qual um dos itens das “recomendações aprovadas”, de autoria do brasileiro ABDIAS DO NASCIMENTO - conhecido esquerdista - é mais um capítulo da campanha antibrasileira no exterior”. Disponível em Arquivo Nacional, AC_ACE_109622-76-003, p. 78.

¹³ Entende-se por órgãos de Justiça Penal toda a engrenagem formada pelo Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia, Sistema carcerário e demais agências formais de controle, que orientam suas ações para a retirada do convívio social dos membros considerados ‘fora de lugar’.

I. Descrição das fontes e percurso de pesquisa:

A primeira parte do relatório, destinada a retomar as violências estruturais sofridas por negros entre 1964 e 1985, foi construída basicamente através de revisão bibliográfica sobre política criminal no Brasil, analisada a partir de uma perspectiva epistemológica que privilegia o aspecto racial. Por coerência, foi adotada uma metodologia igualmente *colorida* (SOLÓRZANO e YOSSO, 2002) que permite o regate da memória negra e a ressignificação de uma série de eventos em que os negros participaram, mas cuja participação quando é conhecida o é apenas a partir de uma lente branca. Nesse sentido, foram fundamentais os depoimentos tomados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro de negros que contaram, em primeira pessoa, as violências sofridas e as reflexões geradas por essas experiências.

Na parte destinada ao levantamento de atos do regime militar desenvolvidos primordialmente para controlar e reprimir grupos negros, independentemente de sua vinculação a projetos políticos de esquerda, o escasso tempo de pesquisa – ao todo foram três meses de pesquisa – levou a que a investigação partisse de pistas já desenvolvidas anteriormente e que são referenciadas nos principais trabalhos que tratam da articulação entre movimento negro e ditadura militar¹⁴. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Paulina Alberto (2005) no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) foi o ponto de partida da investigação sobre a repressão aos processos de articulação político cultural que se desenvolveram no período e que contribuíram para a formação do Movimento Negro Unificado, em 1978.

Reunindo documentos oriundos dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e Guanabara, além de documentos privados, no acervo do APERJ é possível encontrar as principais fontes relacionadas às Polícias Políticas que atuaram no Rio de Janeiro, em destaque as atividades da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e do Departamento Geral de Investigação Especial (DGIE), subordinados à Secretaria de Segurança Pública. Mesmo com a centralização dos serviços de informação a partir de 1964 e da transferência em 1967 (pelo Decreto 942/67) das atividades de inteligência e coordenação da repressão neste campo para o Serviço Nacional de Informação (SNI) e para os órgãos de inteligência das Forças Armadas

¹⁴ Destaca-se como trabalhos que analisam os processos de articulação política de negros durante o período de 1964 a 1985, os seguintes: ALBERTO, 2005; PEREIRA, 2013; KÖSSLING, 2007; HANCHARD, 2001; SANTOS, 2007.

como CIE, CISA e CENIMAR, o DOPS continuou sendo um repositório fundamental de informações sobre atividades políticas, como demonstram os frequentes *Pedidos de Busca* sobre antecedentes pessoais feitos ao órgão pelos agentes militares. Com a Resolução nº 5 e o Decreto nº 11, ambos de 15 de março de 1975, o DGIE passou a centralizar e a promover a integração entre os acervos do DOPS-Rio de Janeiro e DOPS-Guanabara.

De acordo com informações do próprio Arquivo Público, mesmo depois da transferência da capital federal para Brasília, durante os governos militares seus arquivos continuaram a ser alimentados a partir das investigações realizadas pela repressão política, por ser o órgão depositário do maior acervo documental de informações sobre as atividades políticas de cidadãos brasileiros, mesmo antes da década de 1920: “O aspecto repressivo e limitador da cidadania política que caracterizava a documentação produzida pela Polícia Política, assim como seu caráter sigiloso, conferem, hoje, uma grande importância a esse Fundo documental”(APERJ, 2007:56).

Os documentos encontrados, além de demonstrar alguns dos mecanismos de repressão do Estado contra a mobilização de negros e negras, permitem evidenciar a adoção do mito da democracia racial como instrumento ideológico-político pelo regime militar e, ao mesmo tempo, o racismo institucional desvelado nas observações dos agentes de segurança¹⁵ sobre os discursos e atividades dos movimentos negros.

¹⁵ Na Informação de 18 de maio de 1977 o agente utiliza pontos de exclamação entre parênteses (!) para demonstrar seu desconforto com o tipo de denúncia antirracista que era desenvolvida por associações culturais como o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN). Em dado momento da Informação escreve o agente: “Ressalte-se aqui o crescente espírito de luta do IPCN em prol da valorização (!) social do negro na comunidade brasileira”. Em seguida, reitera “O raciocínio seguido pelo IPCN, conduz a uma desvinculação do que até aqui foi observado em termos de história do negro no Brasil. Assim, tratam eles de desmistificar as datas históricas significativas para a compreensão da Cultura Negra (o 13 de maio, por exemplo), da forma como eram (!) apresentados, emergindo, modernamente, o fato da libertação dos escravos como uma obrigação, e não como um ato de caridade do SISTEMA. [grifos no original, Informação de 18 de maio de 1977. Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro – Reunião de Militantes”, 18 de maio de 1977, DGIE 296, 622-629.

Cômica, se não fosse trágica, é a passagem retirada do Sumário Semanal de Informações (do período de 18 a 24/09/1981) encaminhado à Coordenação de Informações da Coordenação Geral de Segurança da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, assunto: SUBVERSÃO, na qual o agente, ao se referir à Lélia Gonzalez, escreve: “Dizendo ser uma pessoa que já participou, no exterior, de Congressos, assembleias e estudos da raça negra e ter contato com o Pe. Vito Miracapillo, na Itália, em resposta à uma indagação de como se posicionava com relação ao recente internamento do Presidente Figueiredo, Lélia Gonzalez assim se expressou: ‘Como dizia Nostradamus, o Figueiredo não emplaca até o final do mandato’. Interpelada pela militante Maria Consuelo, que quis saber quem era esse Nostradamus, ela não conseguiu explicar tal colocação, dizendo apenas que ‘esse Nostradamus era o modo de dizer’, e que sua resposta encontrava-se subentendida”. Disponível em Arquivo Público do

Na busca dos documentos que pudessem trazer a lume os impactos da ditadura militar (1964-1985) sobre a população negra, no território do que se considera hoje o Estado do Rio de Janeiro, foram utilizadas palavras-chave mapeadas na pesquisa de Paulina Alberto e aduzidas outras decorrentes de investigação bibliográfica sobre Movimento Negro. Na primeira fase da pesquisa, foram solicitadas ao APERJ as seguintes palavras-chave: “IPCN”, “Grupo de Trabalho André Rebouças”, “CEBA”, “Convergência Socialista”, “SINBA”, “Asfilófilo de Oliveira Filho (Filó)”, “Soul Grand Prix”, “Renascença”, “Pedra do Sal”, “Serrinha”, “Buraco do Galo”, “Agbara” e “Jongo”.

Dentre elas, foi recebida resposta de *nada consta* para: “Asfilófilo de Oliveira Filho (Filó)”, “Renascença”, “Pedra do Sal”, “Serrinha”, “Buraco do Galo”, “Agbara” e “Jongo”. Assim, as reflexões que serão apresentadas partiram do material encontrado nas demais citadas. O fato da busca pelas palavras-chave não ter apresentado o resultado esperado não significa que não haja no acervo documentos relacionados aos assuntos destacados. A não digitalização de todo o acervo e a impossibilidade do pesquisador buscar diretamente as palavras no acervo do arquivo dificulta sobremaneira a otimização do trabalho de pesquisa. Essa dificuldade materializa-se, por exemplo, nos processos de indexação dos documentos, que pode ter adotado outra maneira de referenciar as pessoas ou temas tratados no documento. Além disso, é importante destacar que o objeto pesquisado, em razão do tipo de violência que testemunhava pode ter sido destruído ou perdido nos percursos entre os diversos órgãos de controle da época. Por fim, cabe ainda sinalizar a importância de transformar o silêncio em dado, principalmente em se tratando de invisibilidade institucional de grupos vulneráveis.

Diante da tradicional invisibilidade dos negros e conseqüentemente de sua participação nos processos políticos de emancipação, bem como para impedir que esse resgate e produção de memória reproduza a lógica histórica de atenuação do racismo e sua subsunção a outros tipos de violência, sentiu-se a necessidade de que tais fontes também fossem encarnadas por depoimentos de pessoas envolvidas com os episódios e circunstâncias documentadas pelo APERJ. Compõem, portanto, as análises que se seguem os depoimentos de Elisa Larkin, Januário Garcia, Asfilófilo de

Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro – Reunião de Militantes”, 25 de setembro de 1981, DGIE 296, 145-146.

Oliveira Filho (Filó), Carlos Alberto Medeiros, Antonio Mello (Xaolim) e José Fernandes Pereira (Xavante), Daílton Lopes Soares.¹⁶

Esse relatório de pesquisa não esgotou todas as possibilidades do acervo do APERJ para tratar do tema da ditadura militar e racismo. Foram solicitadas ao arquivo, mas não puderam ser analisadas até o presente momento outros dois grupos de palavras-chave: o primeiro, tentando dar conta de algumas lideranças do Movimento *Black Soul*, da relação com o samba e com a imprensa alternativa, através das seguintes indicações: “Paulo José dos Santos”, “Gerson King Combo”, “Grêmio Recreativo de Arte Negra e samba Quilombo” e “Versus”; o segundo grupo de palavras pretende romper com a lacuna estrutural sobre a participação das mulheres negras nesses processos, de forma que foram encaminhadas as seguintes palavras-chave: “Conselho Nacional das Mulheres Negras”, “REMUNEA – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune/RJ”, “Luiza Mahin”, “NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras”, “Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro”, “Teatro Popular Brasileiro”, “Grupo Folclórico (Balé Mercedes Baptista)”.

Apesar de não integrarem o relatório apresentado, serão certamente analisados e multiplicados os resultados do que foi acima enunciado. A carência de documentos e falas de mulheres negras, da memória do samba, bem como a ausência do jongo e das religiões de matrizes africanas, nas suas relações com a ditadura militar (1964-1985), não é reflexo de uma postura epistêmico-metodológica que subvaloriza essa história e suas narrativas, mas o reflexo do que foi possível fazer no tempo que nos foi destinado. Apesar da valorosa abertura da CEV-Rio para promover o corte racial nas suas análises, fato que não ocorreu nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e da incansável colaboração de seus pesquisadores¹⁷, essa possibilidade não estava definida entre as frentes de trabalho¹⁸ da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Na última parte, onde são reportadas algumas situações de violência física e psíquica contra negros, promovidas pelos órgãos de segurança do Regime Militar,

¹⁶ Apesar de não ter prestado depoimento para a CEV-Rio, destaca-se ainda a contribuição do Professor Jorge da Silva em conversa realizada na Reitoria da UERJ, em 16 de julho de 2015.

¹⁷ Dentre os pesquisadores da CEV-Rio que colaboraram diretamente para a elaboração desse relatório, destaca-se a incomensurável parceria da Virna Plastino e Lucas Pedretti.

¹⁸ A Comissão da Verdade do Rio de Janeiro enumerou como principais linhas de pesquisa: I- Mortos e desaparecidos políticos; II- Atentados terroristas; III – Financiamento e estrutura da repressão com identificação de nomes de torturadores e da cadeia de comando a que estavam subordinados; IV – Locais de memória e centros clandestinos e oficiais de tortura, ocultação de cadáver e desaparecimento forçado; e, V – Observatório para a Não Repetição.

foram selecionados e analisados os dados tabulados pela equipe do projeto de pesquisa “*O Testemunho como Janela: O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro*”, um dos sete projetos contemplados pelo edital da FAPERJ para subsidiar os trabalhos da Comissão da Verdade do Rio, realizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)¹⁹.

Partiu-se, portanto, dos processos movidos na Comissão Estadual de Reparação. Nesses documentos, é possível ter acesso à narrativa da violência a partir da própria vítima ou de seus familiares, bem como à documentação que informa os pedidos de reparação. Dos 473 processos tabulados, 63 versavam sobre violências sofridas por negros ou negras. A identificação da cor/raça do atingido era feita pelo próprio (em relatos ou documentos apresentados) ou pela própria repressão (nos documentos oficiais que testemunham a custódia, monitoramento ou demais atos contra o atingido). Dos processos envolvendo negros, 04 (quatro) deles não traziam informações suficientes sobre o ocorrido e foram descartados, os demais subsidiaram a elaboração desse relatório. Dois processos foram selecionados para tratamento mais detalhado, os relacionados a militantes negros (mortos ou desaparecidos) que figuram no Dossiê da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e na lista do Relatório *Perseguição à População e ao Movimento Negros*, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: Dilermano Melo do Nascimento e Mariano Joaquim da Silva. Há nos processos acessados a referência a única mulher negra, Graça Maria Martins Câmara que, assim como os demais negros que ingressaram com pedido de reparação (e dos quais a pesquisa teve acesso), também terão sua memória resgatada, ainda que brevemente.

II. “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”: violência estrutural e racismo institucional

O modelo de organização social construído através do processo de modernização periférica e do desenvolvimento do capitalismo a partir da empresa escravista produziram uma indústria de controle e extermínio de corpos negros que precisa ser encarada, difundida e desafiada. A importância dessas análises é ainda

¹⁹ A disponibilização dos dados da pesquisa foi possível graças à generosa colaboração do pesquisador da CEV-Rio, Pedro Bomfim.

mais premente nos períodos em que o Estado passa a ser o principal violador de direitos humanos e produtor de violências de todos os tipos.

Isso porque, tende-se a dar mais atenção às arbitrariedades do Estado sobre corpos negros em períodos democráticos ou épocas nas quais haja resguardo formal dos direitos e garantias fundamentais. Os seus impactos em períodos ditatoriais e totalitários tendem a ser escamoteados pelas demais violências promovidas pelos regimes como os dessa natureza. E como está-se diante de uma violência estrutural, presente e ressignificada até os dias atuais, é como se esse não fosse propriamente um problema da ditadura militar. No entanto, o racismo como fonte política de Estado, historicamente empreendida para o controle e o extermínio das populações negra e indígena na América Latina (FLAUZINA, 2008) é também um problema da ditadura militar, que precisa ser enfrentado com responsabilidade por aqueles que pretendem produzir memórias que rompam com desumanidades continuadas e com estruturas institucionais marcadamente racistas.

No período que vai de 1964-1985, a população negra que vivia no que hoje se considera Estado do Rio de Janeiro passou por uma série de violações de direitos humanos, perpetradas sobretudo pelas Polícias Civil e Militar²⁰ que, por sua vez, passaram ao comando de oficiais do Exército, de modo que não há propriamente como separar violência de Estado imposta pelo regime militar daquela supostamente ordinária. “Blitz”, Prisões arbitrárias, invasão a domicílio, expropriação de seus lugares de moradia (através de remoções)²¹, tortura física e psicológica, além do

²⁰ As Polícias Militares estaduais foram, de acordo com Angela Almeida (2007), seguramente o vetor mais presente na violência institucional. Estruturadas por decreto-lei de 1969, subordinadas inicialmente ao Estado Maior do Exército, passaram ao comando dos governos estaduais em 1976, mas mantiveram-se como forças auxiliares e reserva do Exército.

²¹ Apesar da CEV- Rio ter dedicado investigação específica sobre favelas, não se poderia deixar de caracterizar os atos de remoções como violências raciais empreendidas pelo Estado Brasileiro. Além da violação a direitos fundamentais básicos, o descarte das vidas e laços de convivência dos corpos negros fica evidenciada no seguinte trecho do depoimento de Xavante e Xaolim:

“Xavante – (...) eu era muleque, eu me lembro do fogo, rapaz, a gente lá da Igreja Santa Terezinha, porque nosso acesso era ali, e nossa comunidade era atrás, você já foi pro Rio Sul de carro por ali? Quando você sobe, cruza o túnel e vai para o estacionamento de cima, ali era a comunidade Santa Terezinha. E dali, eu era muleque ainda na época da remoção do Pasmado, acho que se deu em 67, por aí... eles removeram o povo e largaram o fogo. Morro do Pasmado era tudo barraco na época, coisa de doido. A remoção da comunidade Santa Terezinha se deu tranquila, não houve tumulto nem nada não, porque também não tinha como fazer tumulto, chegou um montão de polícia.

Xaolin – Vai tumultuar, vai morrer.

Xavante – Naquela época ali, tava no auge da coisa, então não tinha tumulto. Nosso barraco lá era um barraco de madeira, eu me lembro de cada brecha de quase um dedo. Porque o barraco você faz com madeira e fica juntinha, mas com o passar do tempo ela vai secando e vai se distanciando. Aí ficam aquelas gretas e você é obrigado a ir colocando aquelas ripas para fechar as gretas.

Lucas – E o fogo lambia rapidinho...

convívio com a ameaça latente dos grupos de extermínio, essa era a realidade de negros e negras, principalmente moradores de favelas, subúrbio e Baixada Fluminense: uma política criminal enraizada no colonialismo escravocrata brasileiro.

Os Estados liberais clássicos adotaram como postura em matéria de política criminal as preocupações iluministas defendidas pela criminologia clássica, que defendia a aplicação do controle penal como *ultima ratio*. No entanto, no Brasil, mesmo durante a vigência das Constituições tecnicamente liberais de 1824 e 1891, foram mobilizados esforços repressivos máximos contra setores vulneráveis da sociedade. Estados Constitucionais Intervencionistas (como o adotado no Brasil a partir da década de 30), quando comparados aos liberais, ampliam sobremaneira a área de atuação pública. Além da participação nas áreas características do Estado Providência (trabalho, saúde, educação, moradia, previdência e assistência social), há reflexos nas noções de delito, criminoso e pena. A ideia de segurança é suplantada pela ideia de prevenção. No Brasil, esse quadro foi agravado pela Era Vargas, responsável pela consolidação do Estado social parcial e autoritário. De 1938 a 1949, houve um aumento de mais de 120% no número de pessoas presas com condenações. Começava a se constituir uma política criminal que pretendia atuar antes mesmo da ocorrência do crime. Se não havia ocorrência do delito, mas a mera suposição/probabilidade de que ele poderia acontecer, a atuação dos órgãos de criminalização secundária acabava sendo guiada pelos estereótipos de criminoso e de risco construídos socialmente. E, na construção social do perfil do criminoso, não imperava a noção ideológico-política propagada da democracia racial. Nesse aspecto, não somos todos brasileiros, misturados, uma nação harmônica.

Aos pretos e pardos foram mantidos os estigmas consolidados durante o positivismo ‘liberal’. Os ‘capitães do mato’ da República não tiveram dificuldade de identificar o negro na mistura que caracteriza a população brasileira e de fazer incidir seletivamente sobre ele os mecanismos de captura, tortura, humilhação e isolamento.

Xavante – Era saindo e eles largando fogo. Largando fogo.

Xaolin – Queimando na hora?

Xavante – Saiu o último morador, eles botaram fogo... lá também eles queimaram. Botou os móveis do pessoal tudo em cima do túnel, naquela quadra, inclusive tinha na época, me lembro que ali tinha um... não sei se ainda existe lá... tinha uma sede de escoteiros e eles tinham um campo, ainda existe esse campo lá em cima do túnel. E ali o pessoal, cada um foi botando sua mudança, separadas umas das outras, e já tinha que descer com tudo. O pessoal da Comlurb, na época nem era Comlurb, que tava auxiliando na remoção do pessoal. Na época eram aquelas patrulhinhas, joaninhas, e muita polícia mesmo.”

De 1938 a 1969, o número de presos condenados no sistema penitenciário passou de 3.866 (3.790 homens e 76 mulheres) para 28.538 pessoas (27.726 homens e 812 mulheres). O golpe de 1964, a militarização da polícia e a banalização de direitos e garantias fundamentais em nome da segurança nacional fortaleceram a verve punitiva do Estado contra seus inimigos eleitos, agora ampliados. A junção de positivismo e democracia racial gerou o Código Penal de 1940 e a arquitetura punitiva vigente até os dias atuais.

Na década de sessenta foi escancarada a violência policial na cidade do Rio de Janeiro. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa realidade foi a criação, em 1962, da Invernada de Olaria, grupo ligado ao Departamento Estadual de Segurança Pública do então recém-fundado estado da Guanabara. “A Invernada também possuía licença para matar. Não raro pairavam sobre ela acusações de tortura, espancamentos e assassinatos (alguns deles por afogamento nos rios Guandu e da Guarda)” (LEITÃO, 2014). Apesar da flagrante ação criminosa do Estado²², em novembro de 1964, o governador Carlos Lacerda, orgulhoso de seu departamento, declarou: “*Com a Invernada eu sei que posso contar*” (LEITÃO, 2014).

Estava ‘dada a largada’ pública para a organização de grupos de extermínio²³. Segundo José Cláudio Alves (2007), a partir de 1967 ocorreu um crescimento vertiginoso de homicídios dolosos com características de execuções sumárias: pessoas alvejadas de cima para baixo e a curta distância, marcas de algemas nos pulsos das vítimas, entre outros indícios que revelavam que elas haviam sido presas pela polícia

²² Conforme descreve Alexandre Leitão, a Invernada também “cuidava” de presos políticos. Em 1962, Clodomir Moraes, advogado das Ligas Camponesas, foi preso e submetido à tortura, inclusive por meio de pau-de-arara. Em depoimento à CPI instalada para averiguar as atividades do departamento, Moraes lembrou: “[Durante o interrogatório] lembrava a minha condição de advogado e jornalista e a resposta era assim: ‘Esses é que nós queremos apanhar aqui’”. Denunciados, os detetives Felipe Matias Altério e João Martinho Neto, chefe e subchefe da Invernada, foram demitidos da Polícia após o episódio. Mas logo foram reintegrados à corporação: em 1º de abril de 1964, apareceram no Palácio Guanabara para defender Carlos Lacerda, durante o golpe civil-militar. Durante a ditadura, foi criada uma extensão da Invernada no Alto da Boa Vista e seus agentes seriam colocados a serviço do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), órgão de repressão do regime militar para a detenção de presos políticos. (LEITÃO, 2014).

²³ O perfil das vítimas preferenciais desses grupos fica categoricamente identificada pelo nome que passou a representar a autoria de boa parte desses crimes na grande imprensa: “Mão Branca”. De acordo com Marialva Barbosa e Ana Lucia Enne (2005), “Mão Branca” era apresentado nos jornais da época como uma espécie de justiceiro, com atuação destacada na Baixada Fluminense, responsável pela morte de mais de cem “bandidos” e “marginais”. Há fortes evidências que tenha sido uma personagem criada por repórter policial para responder pela série de execuções e assassinatos aparentemente “sem explicação” que se tornavam cada vez mais comuns naquela época. O seu nome reforça o ideário que se tinha do criminoso na época, uma empreitada de marketing sensacionalista que não usou essa referência e esse nome aleatoriamente. Ainda que o “mão branca” fosse uma lenda, as execuções eram reais.

antes da execução. O autor traz levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública, entre 1956 e 1962, para demonstrar que no período teria ocorrido na Comarca de Nova Iguaçu (Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita e Queimados) 6 (seis) homicídios com características de execução sumária. Entre 1963 e 1975, contavam-se 654 casos. Nos seis primeiros meses de 1975 foram registrados 198 homicídios de autoria desconhecida na Baixada Fluminense. (ALVES, 2007)

Além das execuções sumárias, as *duras* ou *blitz* eram muito comuns também nesse período. Conforme relato de duas lideranças comunitárias da Rocinha, Xavante e Xaolin, à pesquisadores da Comissão Estadual da Verdade²⁴, pode-se compreender a sua dinâmica e frequência:

Xavante – Aquelas rondas, aquelas *blitz* dentro do morro, eles entravam com suporte militar, entrava e desciam com a gente amarrado tipo arrastão de peixe, que você joga aquele espinhal. Todo mundo amarrado na mesma corda, descendo o morro.

Xaolin – Você chegou a ser amarrado?

Xavante – Cheguei a ser amarrado e levado.

Xaolin – Então isso aí tem a questão da discriminação do negro e do favelado. Se eles torturavam e matavam a classe média, o favelado estava no mesmo caminho, só que com outro viés. O viés da discriminação e da marginalidade, né? Para eles todo favelado era marginal.

Xavante – E quando dava dez horas da noite onde você estivesse, você tinha que correr da polícia, se você não corresse... depois de dez horas da noite os caras te prendiam e dependendo, se fosse preso na sexta-feira à noite, só saía na segunda-feira.

Nesse mesmo sentido corrobora o depoimento prestado por Dom Filó²⁵ (Asfilófilo de Oliveira Filho), reconhecida liderança do *Movimento Black Soul*, integrante da Equipe *Soul Grand Prix*. Ao comentar sobre as *duras* sofridas na madrugada em razão da aparência: negro, cabelos black power, calças largas, roupas coloridas, atesta Filó que:

Filó: A gente recebia alguns pentes manufaturados, na época os garfos... porque inicialmente tinha que produzir, tirar alguns aros de bicicleta e fazer o pente. E a gente fazia dez por mês e a polícia levava os dez, porque para eles aquilo era uma arma. Então aquilo era complicado, porque meu cabelo era grande, então eu precisava de um aro que eles achavam ... o arame tinha tipo 30 centímetros, porque quanto maior melhor, só que para eles aquilo era considerado uma arma. Então você andava com aquilo dentro do cabelo, eles vinham e tomavam da gente, levavam aquilo, etc.

²⁴ Depoimento foi coletado no dia 20/03/2015, na Rocinha, pelos pesquisadores da CEV-Rio Lucas Pedretti e Marco Pestana. *Xaolin* é Antonio Mello, 62 anos, líder comunitário e presidente da Câmara Comunitária da Rocinha. Foi diretor do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro e Presidente da Associação de Moradores da Rocinha. *Xavante* é José Fernandes Pereira, liderança da União Pró-Melhoramentos dos moradores da Rocinha. Foi secretário de obras e vice-presidente da UPMMR.

²⁵ Asfilófilo de Oliveira Filho (Dom Filó) prestou depoimento à Comissão da Verdade do Rio em 02/06.2015.

(...) Não era direto, não era encomendado. Era repressão policial natural, aquela natural, entendeu? Ou seja, olha, como é que era a juventude naquela época? A gente saía do baile andando. Não tinha bonde e não tinha lotação. Você curtia, saía da Praça Saens Peña até a Praça Sete a pé. (...) A polícia vinha e dava aquela geral nos jovens para ver se ele... qual a arruaça que eles fizeram? Era assim. Mas isso não era só negro não, era geral. Mas pro preto era... ele já era culpado de cara. Ele já era de cara culpado. Então primeira geral era nele. Já manda encostar. Naquela época era encostar na parede, era assim a abordagem. E era constante. Então a partir do momento em que o visual daquele negro muda, agride a esse policial. Ainda mais os policiais negros, os capitães do mato que chegam e acham que tem que priorizar, tripudiar em cima daquele negro, entendeu? Então essas abordagens passam por aí.

Sobre a banalização das prisões arbitrárias, Xavante descreve:

Xavante: Eu ganhei uma vadiagem. Vadiagem na gíria era “jacaré”. Se você entrasse em cana em um ano cinco vezes, você ganhava duas semanas de cadeia. E como novo eu sempre andei, sempre saía pros bailes aí e a gente sofria com isso. (...) então quer dizer, a Rocinha, e dentro dessa comunidade aqui, os caras quando entravam aqui entravam com olhar assim de: “todo mundo é bandido”. Eu me lembro que eu fazia uma reforma, trabalhava numa reforma em Botafogo, eu comia marmita aqui no ponto do ônibus, do 547, ainda existia lá o amarelinho, o 46 e o 47. Aí eu ia pegar o ônibus, simplesmente os caras pararam, olharam na minha cara dentre outras pessoas que estavam ali e me prenderam. E eu fiquei aí no mínimo, rapaz, uma semana e meia.

Xaolin – Uma prisão arbitrária...

Xavante – Naquela época você não tinha uma informação legal, as polícias ... até você bater boletim, toca piano [colocar as digitais] que naquela época era: “vamos tocar piano!”.

Xaolin – Tem até hoje.

Xavante – Coloca os dedos...e aquilo demorava vir, pra saber, aquela folha corrida para saber se você tinha algum problema na justiça.

CEV-Rio – Foi polícia militar?

Xavante – Polícia militar.

A respeito das prisões arbitrárias, o depoimento de Dailton Lopes, perseguido e expulso das forças armadas, retoma o efeito do desrespeito não apenas na vítima direta do ato arbitrário, mas o dano que o ato é capaz de gerar em toda a família do envolvido:

Dailton: Nós morávamos em Duque de Caxias. Na época em que meu pai foi preso várias vezes, nós morávamos mais especificamente no “Bar dos Cavalheiros” ali em Duque de Caxias.

(...) Eu lembro, antes de eu entrar para o quartel, o meu pai ser humilhado várias vezes. Às vezes, sabe, eu chorar... o... meu pai, nas vezes que ele esquecia, saía para procurar emprego, muitas das vezes ele saía e esquecia o documento em casa. E você sabe muito bem que naquela época tinha a lei de vadiagem. Lei de vadiagem, se você fosse encontrado sem documento, ainda que não tivesse assinada sua carteira [de trabalho], passava batido. Mas se você não tivesse carteira como documento, você era conduzido para a delegacia. Ele foi várias vezes para a delegacia, a gente ficava desesperado em casa. Minha mãe... às vezes meu pai ficava 48 horas sem aparecer em

casa e a gente não sabia o porquê. E ele aparecia com as duas mãos inchadas: “o que aconteceu, pai?”, “fui preso”, “mas por que”, “porque eu tava sem documento, me levaram para a delegacia, eu falei que era trabalhador, mostrei a mão cheia de calo”, “a ordem aqui é a seguinte: qualquer pessoa que for presa sem documento, para não esquecer mais, tem que levar umas porradas com cassetete na mão”. Aí era obrigado a abrir a mão, e meu pai dizia que levava três em cada mão. Era com toda a raiva que eles davam. Dá vontade de chorar, sabe? Um cidadão sair para procurar emprego, esquecer o documento em casa, ser preso... até parecia que na época nosso país estava navegando em emprego. Estava faltando emprego na época da ditadura. Várias vezes meu pai foi preso, humilhado dessa forma, esculachado. Eu me lembro desses detalhes, minha mãe chorava, pedia para minha tia ficar com a gente para procurar meu pai.

Outro exemplo do desrespeito do Estado em relação à população negra está referenciado em monitoramento feito para o SNI sobre o I Encontro Nacional de Afro-Brasileiros, no qual militantes denunciavam a ação policial de retirada de negros de seus barracos à noite, sem mandado de prisão e geralmente de maneira violenta e constrangedora²⁶ (ANEXO 2).

Apesar das violentas práticas descritas anteriormente, aquela que indiscutivelmente mais representa a herança escravista do racismo institucional da Polícia Militar é aquela relatada no trecho do depoimento de Xavante e Xaolim, destacado acima, mas que ficou publicamente conhecida quando divulgada na imprensa de massa em 1982. Quando o Jornal do Brasil publicou no dia 30 de setembro de 1982, na sua capa, a foto (ANEXO 3) em que um policial “escolta” um grupo de homens negros amarrados por uma corda pelo pescoço, depois de *blitz* realizada nos Morros da Coroa/Cachoeirinha, a sociedade branca tomou conhecimento que quase um século depois da abolição formal não tinha sido suficiente para impedir que negros fossem tratados como escravos por órgãos de segurança pública, no Rio de Janeiro.



²⁶ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Assunto: Movimento Negro do Rio de Janeiro”, 27 de julho de 1982. DGI/32, 608-612.

Em reação ao episódio acima retratado, foi feito um panfleto-denúncia (ANEXO 4), assinado por diversas organizações de combate ao racismo cujo texto dizia:

Não seremos mais escravos!!
O racismo está desmascarando.
Os racistas querem voltar ao tempo da escravidão.
Amarraram negros com cordas, um atrás do outro, pelo pescoço como escravos!
Pelo pescoço, pelos pés, pelas mãos, como amarraram nossas consciências!
E todos foram soltos, eram apenas desempregados, foram presos por serem negros.
Chega de tapas na cara, chega de invasões de barracos, chega de humilhações.
Sempre fizeram isto, mas nunca apareceu tão claramente nos jornais, rádio e televisão.
A sociedade racista não pode mais embaçar seus espelhos. Agora tem de se ver, e se envergonhar, mas já não pode esconder a realidade.
O negro continua sujeito à discriminação, à exploração, e à violência, carregando o peso da sociedade.
Sempre reagimos e resistimos, mas hoje nossa luta cresce e não pararemos mais até mostrar que a igualdade racial no Brasil é uma mentira.
Convocamos todos a se unirem contra todas as formas de racismo e contra a violência policial que se abate sobre a sociedade, especialmente sobre os negros.
Entidades Negras Unificadas do Rio de Janeiro
IPCN – Instituto de Pesquisas da Cultura Negra
MNU – Movimento Negro Unificado
SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
GDCN – Grupo de Desenvolvimento da Cultura Negra
GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças
EXIGIMOS A EXPULSÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA “BLITZ” NO MORRO DA COROA²⁷

Em outro trecho do depoimento, Xavante e Xaolim detalham mais a prática:

Xavante – Naquela época as *blitz*... usava o nome de *blitz*, aqui na comunidade, você tava deitado na sua casa, os caras entravam, não tinha esse negócio de mandado, nada não. Eles batiam, se não abrisse eles metiam o pé na porta. Entravam, se tivesse deitado era: “levanta, malandro”. Amarrava e levava embora, entendeu? Era dessa forma que eles agiam aí. Desciam com a gente amarrado lá de cima. Botava no “coração de mãe”, que era aquele carro, um ônibus todo cheio de grade que você entrava ali e ia para a delegacia. Aí ficava lá... a gente ia para a 15ª aqui e 14ª, as *blitz* aqui.

Não, esse não é um caso isolado, do qual equivocadamente se pretenda deduzir modelos de violência cogentes à época, a partir de uma fonte de pesquisa supostamente frágil para o pensamento positivista, que seria o uso da narrativa de um

²⁷ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Entidades Negras Unificadas no Rio de Janeiro”, 5 de outubro de 1982, DGIE 296, 185-186.

negro favelado como dado/evidência. Mais do que qualquer descrição pode enunciar, a imagem acima²⁸ retrata muito do que pode ser dito sobre violência estrutural e racismo institucional. Além dela e das narrativas expostas, há por exemplo documento do SNI sobre Reunião da Comunidade de Informações do I Exército²⁹, em agosto de 1971, em que textualmente se lê: “ g- PMEG. Vai intensificar s batidas nas favelas, realizando-as da ordem de 3 a 4 vêzes por semana”.

De acordo com o Jornal do Brasil, do dia 30 de setembro de 1982, o tenente Luis Claudio, chefe da “operação peneira” teria dito: “Não tínhamos algemas para todos, tivemos que coagi-los psicologicamente”, e a violência tinha que ser coletiva, desfilaram com 18 homens negros, amarrados como escravos, na comunidade em que viviam, por estarem sem documentação e, por isso, definitivamente tipificados como bandidos. A todos que manifestavam sua indignação pelo arbítrio policial, principalmente às mulheres que bradavam contra os desmandos e covardia dos policiais, armas em punho e ameaça de detenção: para que não pairasse nenhuma dúvida de como se tratam os negros no país da democracia racial, e em franco processo de abertura política.

III. “Não se fala de corda em casa de enforcado”: discursos sediciosos, organização política e territórios negros na mira do regime

Além das violências cotidianas, algumas das quais anteriormente desenvolvidas, negros e negras passaram a sofrer violências de Estado de outra natureza. Os processos de mobilização político-cultural que foram sendo gestados no Rio de Janeiro, principalmente a partir da década de 70, os discursos de descontentamento em relação às flagrantes desigualdades raciais e ao racismo estrutural fizeram com que alguns negros fossem “promovidos” da condição de criminoso comum a criminoso político. A questão agora não estava relacionada à contenção dos riscos que a massa negra representava para a segurança pública, em razão de sua “criminalidade potencial”, mas a necessidade de que fossem monitorados de perto pelos órgãos de repressão, e eventualmente mais do que isso, por desafiam as bases estruturais da ordem social vigente.

²⁸ A foto “Todos Negros” foi tirada pelo fotógrafo Luiz Mourier em 1982, no Rio de Janeiro. Disponível em <<http://ahistoriabemnafoto05.blogspot.com/2007/09/depoimento-5.html>>, acesso em 10 de maio de 2015.

²⁹ Disponível no Arquivo Nacional, em AC-ACE-37868-71, p. 6.

De acordo com a Lei de Segurança Nacional, o Decreto-lei 314, de 13 de março de 1967, a “segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos” (artigo 2º). E, para sua manutenção foram empreendidas ações destinadas a preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. Os parágrafos do artigo 3º do decreto elucidam cada uma dessas esferas:

§ 1º A *segurança interna*, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país;

§ 2º A *guerra psicológica adversa* é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A *guerra revolucionária* é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

[artigo 3º do Decreto-lei 314/1967, grifo nosso].

Os processos de denúncia e contestação promovidos pelas *associações culturais* e pelo *movimento black soul* foram tratados com cautela por serem passíveis de representar ameaça à segurança interna e por promover suposta guerra psicológica adversa. Entre os tipos definidos na Lei de Segurança Nacional, dois permitiriam mais diretamente a incursão das forças repressivas contra os movimentos negros: o tipo definido no artigo 21 (Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo) e o descrito no artigo 33, VI (Incitar publicamente: VI - ao ódio ou a discriminação racial). Cumpre ressaltar que as condutas definidas pelo decreto eram processadas e julgadas pela Justiça Militar, independentemente da condição (civil ou militar) do acusado.

Conforme afirmado anteriormente, havia uma associação – pelo regime – entre luta contra o racismo e deturpação da ordem, além do perigo de que as lutas fossem apropriadas pela propaganda comunista e gerassem o fortalecimento da militância de esquerda, como o exemplo citado do MR-8 que teria passado a aderir alguns *slogans* antirracismo. Havia ainda a preocupação de que esses movimentos fossem o resultado de influência/infiltração externa que, além de tumultuar a ordem interna e manipular massas “ingênuas”, seriam capazes de gerar uma campanha “antibrasileira” no exterior. É o que será tratado a seguir.

Associações culturais

O início dos anos 70 testemunhou o aumento da preocupação do regime militar com os processos de articulação político-cultural que desembocou em 1978 na fundação do Movimento Negro Unificado³⁰. O Estado do Rio de Janeiro foi o celeiro de muitas dessas iniciativas, devidamente controladas pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Em documento datado de 09 de setembro de 1982³¹ (ANEXO 5), consta o monitoramento da Reunião do Grupo União e Conscientização Negra (GRUCON) realizada em Goiânia. Nele o agente destaca na área do Rio de Janeiro sete entidades engajadas na luta do Movimento Negro: 1- Movimento Negro Unificado (MNU), 2- Grupo de União e Conscientização Negra (GRUCON), 3- Movimento Negro da Baixada (MNB), 4- Clube Palmares (Volta Redonda/RJ), 5- Grupo de Danças OLORUM BABA MIM, 6- Associação Cultural Afro-Brasileira e 7- Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). Destaca a participação nas reuniões e atos promovidos pelo Movimento Negro as seguintes pessoas: Carlos Alberto de Oliveira (Caó), Daniel Aarão Reis, Márcio Moreira Alves, Gerson Miranda (Togo), Januário Garcia, Ronaldo Conde, Raymundo de Souza Dantas, José Maria Nunes Pereira, Clóvis Brigagão, Neiva Moreira, Carlos Contini, Abdias Nascimento e Maria Regina Soares de Lima. Indica como militantes expressivos do Movimento Negro: Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg.

Não havia uma única influência ideológico-política nos muitos movimentos negros que se articularam no período. De acordo com Oliveira e Rios (2014), em São Paulo teria predominado uma espécie de núcleo marxista do Movimento Negro Unificado – ‘consciência negra’ para ação coletiva – muito em razão do Núcleo Negro Socialista e do grupo Decisão. No Rio de Janeiro teria sido desenvolvida mais acuradamente a articulação entre cultura e ação política coletiva, por influência, entre outros, do pensamento de Abdias Nascimento (com o Teatro Experimental do Negro e

³⁰ Diante do recorte territorial da pesquisa, que está restrito ao atual Estado do Rio de Janeiro, a referência aos Movimentos Negros e, com isso também ao Movimento Negro Unificado, será feita através das Associações Culturais que se desenvolveram do Rio e do Movimento Black Soul. A escolha se deve ao fato de que foram esses os principais alvos de controle e repressão da ditadura militar orientada à neutralização dos processos de articulação político-cultural negra. Nesse sentido, não se desconsidera a importância do esforço de unificação dos movimentos negros formalizada em 1978, mas optou-se por seguir o caminho percorrido pela repressão para monitorar esses processos. De acordo com documentos do próprio regime militar, mesmo as atividades do Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro, após 1978, continuavam a ser monitoradas tendo como referência as chamadas Associações Culturais.

³¹ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro – Reunião de Militantes”, 6 de setembro de 1982, DGIE 296, 171-174.

com o quilombismo) e de Lélia Gonzalez (com sua categoria teórica de *amefricanidade* e através das relações com a escola de samba Quilombo, liderada por Candeia).

O desenvolvimento da preocupação e controle dos processos de articulação negros – a partir de sua atuação de confronto com a ideia de democracia racial, independente de sua vinculação com reivindicações tradicionalmente de esquerda³² – não é inaugurado nessa fase³³, tais movimentos ganharam a pecha de subversivos com o Estado Novo e mesmo no período de redemocratização há documentos que monitoravam a atuação de organizações como o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento em 1944. Há, por exemplo, documento do Departamento Federal de Segurança Pública, encaminhado ao Diretor da Divisão de Polícia Política e Social, solicitando informações sobre membros da diretoria do TEN, datado de 10 de outubro de 1950 (ANEXO 6). Em 12 de outubro de 1950, o Serviço de Informações encaminhou os dados referentes a Efrain Tomas Bò e Abdias do Nascimento, indicando *nada consta* sobre os demais membros da diretoria. Ao que parece o *nada consta* não foi lido como ausência de envolvimento com atos ‘suspeitos’, mas como necessidade de produção de dados sobre os mesmos, conforme despacho do chefe do Setor Trabalhista e de Ordem Pública declarando a necessidade do comparecimento naquele local da senhora Maria de Lourdes Vale Nascimento “para fins de esclarecimento”.

³² Conforme Karin Kössling (2008, 30): “Buscamos detectar quais as identificações político-ideológicas dos movimentos negros vigiados e em que medida correspondiam à classificação da polícia. Nessa busca, observamos que alguns segmentos dos movimentos negros possuíam uma identificação com o instrumental teórico marxista. Porém, essa não era uma postura unânime, pois a divergência política-partidária fora uma constante entre os diversos movimentos e mesmo dentro das entidades, por exemplo, o MNU. Mas para as estruturas repressivas todos os movimentos eram caracterizados como ‘subversivos’ e, muitas vezes taxados de ‘comunistas’, independentemente de suas diferentes idéias e estratégias de ação”.

³³ Em depoimento à CEV-Rio, Elisa Larkin conta aspectos da perseguição política sofrida por Abdias Nascimento antes desde os anos 1930. Nas suas palavras: “A censura é uma instituição, mesmo antes da ditadura de 64, era uma instituição da polícia, né, do Brasil e que o Teatro Experimental do Negro, o Abdias, especificamente, teve sempre grandes problemas com essa questão porque você tem que... cada obra de arte tem que ser aprovada previamente pela censura. [...]Ele participava sempre dos movimentos que houve, né, contra a censura por parte dos intelectuais, do pessoal do meio teatral. Então assim, eu acho que... o que o Abdias diz nesse depoimento dele sobre o exílio, a primeira frase dele, a epígrafe da coisa é “Nasci no exílio”. Quer dizer ele diz ‘meu exílio não é só por causa desse regime. É o regime brasileiro... eu nasci no exílio. Eu nasci no exílio, sou um estrangeiro no meu próprio país’ e a repressão sobre a questão racial, sobre a pessoa do Abdias não foi só desse regime. Foi desde os anos 30. É o regime do Estado Novo, depois é a própria... as próprias forças democráticas de reconstituição do estado depois do Estado Novo, depois é... Enfim, sempre para a questão racial e para o negro que é um ativista desse assunto, assim, a repressão existe anterior a essa questão do regime de 64. Então eu acho que esse é um tema que pra ele era muito importante, né.”

De acordo com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2001), entre 1930 e 1964, viveu no Brasil o “pacto nacional-desenvolvimentista” que promoveu a integração simbólica do negro na sociedade - através da noção de cultura nacional mestiça ou sincrética - e em termos materiais, através da regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social urbanos. Nessa leitura, o movimento negro organizado teria concentrado suas ações na luta contra o preconceito racial, na luta pela promoção de políticas universalistas de integração social do negro. Ao estremecer o elo entre nacionalismo de esquerda, protesto negro e sistema político do período anterior, o golpe militar de 1964 destruiu o “pacto populista”. Para o autor:

o renascimento cultural negro processou-se naqueles anos sob a proteção do Estado autoritário e de seus interesses de política exterior. Ademais, a guinada do movimento negro brasileiro em direção à negritude e às origens africanas data dos anos 1960 foi, ela mesma, responsável pela geração das tensões políticas surgidas em torno do ideal de democracia racial. Do mesmo modo, as idéias e o nome de "democracia racial", longe de serem o logro forjado pelas classes dominantes brancas — como querem hoje alguns ativistas e sociólogos —, foram durante muito tempo uma forma de integração pactuada da militância negra. (GUIMARÃES, 2001: 162)

Segundo o mesmo autor (GUIMARÃES, 2001), seria errôneo atribuir o recrudescimento da "consciência negra" e do cultivo da identidade racial, no Brasil dos anos 1970, à influência estrangeira, especialmente norte-americana. Esse processo de articulação negra tem raízes nos processos de afirmação cultural desenvolvidos a partir da década de 30 que promoveram uma espécie de “afirmação cultural negra” frente ao ideal de democracia racial que se estabelecia como pacto político de contenção de massas, construído a partir do papel subordinado de práticas religiosas de origem africana e do caráter sincrético da contribuição dos negros à cultura nacional: “Os anos 1970 abriram as portas para o reflorescer de uma nova liderança há anos represada, permitindo o renascimento da luta contra a discriminação racial em articulação com a luta pelas liberdades democráticas”(TAVARES, 2008, p.11)

De acordo com interpretação de Oliveira Silveira (2008), a atuação dos movimentos negros, de 1971 a 1978, foi pautada por motivações “importadas”: ideias socialistas vindas da Europa, alimentadas pela URSS e Cuba; a negritude antilhanoafricana via França; as lutas de libertação africanas; os movimentos negros estadunidenses da década de 60, “dos quais importamos a moda de chamar de ‘movimento’ algo que sempre houve: a movimentação, as ações libertárias e anti-racistas em nosso país” (2008, p. 87).

Dentre as muitas organizações antirracismo que se desenvolveram na década de 70 no Rio de Janeiro, algumas foram monitoradas de perto pela polícia política. Em 20 de outubro de 1976³⁴, sob o assunto “Racismo Negro no Brasil”, a CISA –RJ retrata o olhar do Ministério da Aeronáutica sobre a proliferação das Associações Culturais, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que teriam o objetivo e propagar a cultura negra no Brasil. De acordo com o *Informe*, algumas das entidades estariam sendo apoiadas por missões diplomáticas do Senegal e da Nigéria que teriam o interesse em difundir a cultura, a história do colonialismo na África, história das etnias e o socialismo africano. No documento, o movimento negro é tratado nos seguintes termos:

O movimento negro é a continuação de um movimento que surgiu, no Rio de Janeiro, no final da década de 1960, denominado SIMBA, e que desapareceu há quatro anos atrás. Este movimento é adepto da violência. Entretanto, dentro das Associações, surgiram dissidências entre aqueles que defendem a não-violência como fórmula válida de propagar o movimento negro. Os adeptos da violência – chamados radicais – foram deixados de lado pelos dirigentes das novas Associações e, apesar de continuarem freqüentando essas Entidades, não têm nelas voz ativa. Contudo, são respeitados quando emitem opiniões favoráveis à não-violência.

As Associações Culturais desenvolvem, em primeiro plano, o trabalho de recrutar associados da raça negra. Desenvolvem frequentemente ciclos de palestras sobre o desenvolvimento da cultura negra no Brasil. Nesta fase, os conferencistas preocupam-se em não falar ostensivamente em política, mas condicionam os ouvintes a aceitar a existência de um disfarçado racismo branco no Brasil. (Informe 0204/CISA-RJ, Arquivo Nacional, AMA ACE 109622/76 CNF I/4, p. 28)

Constata-se no documento forte preocupação em destacar nas palestras a propaganda racista e socialista³⁵. Caracterizam os “**radicais**” como aqueles que

³⁴Informe 0204 / CISA-RJ, Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 109622/76 CNF I/4.

³⁵ Nesse sentido, extraem como trechos que evidenciarão, nas palestras monitoradas, a propaganda racista e socialista:

“*Qualquer movimento cultural não pode ser desvinculado do político, pois, que muitas manifestações culturais, principalmente a negra é esmagada por uma força política branca que é adversa a qualquer outro motivo cultural de outra raça.

*O problema do negro no Brasil é sócio-cultural, pois a sociedade dominante da época da escravidão até os dias de hoje é branca e não é do seu interesse que a cultura negra vigore.

*O cristianismo é uma alavanca daqueles que subjagam os assalariados para que eles passem pela vida sem enxergar a realidade presente e aspirarem a uma vida melhor só após a morte.

*O racismo branco de uma sociedade cristã é marcado pela sua passagem histórica, onde o negro não é tido como irmão e um igual, mas como um objeto de trabalho e exploração. A religião cristã é ensinada com o fito dos brancos poderem manter um domínio nas raças tidas como inferiores, tais como, o índio, o negro, mestiços, etc.

*O movimento iniciado por CRISTO foi usado pela classe dominante e desvirtuado a ponto de ser usado como arma racial e política.

*Escravo é pessoa que, por intimidação, aceita um trabalho ou doutrina contrária à sua real aspiração de liberdade.

defendem a ‘libertação do negro’ das sociedades capitalistas, inspirados nos *Panteras Negras* e cultuadores de *IDI AMIN DADA*³⁶. De acordo com o *Informe*, os negros deveriam ser identificados mais pelos cabelos “encarapinhados” do que pela cor da pele, em razão das diversas etnias envolvidas. Teriam o socialismo como base ideológica: “Dizem que a forma imperialista não dará alcance para a evolução da raça negra no mundo”. Suas reuniões seriam em caráter bastante restrito e seriam denominados “Almas Negras”, podendo ser identificados a partir das seguintes características:

- a) saudações entre homens e mulheres é feita com um beijo na boca;
- b) o cumprimento entre homens é idêntico ao usado pelos Panteras Negras – vários toques de mão;
- c) em algumas reuniões, alguns negros fizeram saudação à moda comunista – braço levantado e mão fechada;
- d) usam alguns termos especiais e chamam branco de “mucala”;
- e) vestem-se com roupas extravagantes, à moda africana.³⁷

As Associações Culturais citadas no referido *Informe*, com atuação no Estado do Rio de Janeiro foram: INSTITUTO DE PESQUISA DA CULTURA NEGRA – IPCN, vista como a responsável pela coordenação de todo trabalho de desenvolvimento da cultura negra no Estado; CULTURA NEGRA DO BRASIL – cujas atividades seriam orientadas por Lélia Gonzalez; GRUPO APACHE e CENTRO DE ESTUDOS BRASIL-ÁFRICA – (CEBA/São Gonçalo) em que só consta a localização, sem maiores detalhes sobre suas atuações; GRUPO OLORUM BABA MIM – caracterizado como conjunto musical especializado em músicas africanas; e, CALÇADÃO DE CAXIAS e ADEGA PÉROLA (Copacabana) identificados como pontos de encontro entre os “radicais”.

O IPCN foi monitorado diversas vezes, constando, entre outros documentos a esse respeito, o Relatório 394 de 24/09/1980, REF: Operação I.P.C.N.³⁸ (ANEXO 9), que pretende responder às seguintes indagações formuladas sobre a atividade organizada pela associação sobre a rubrica “Os Partidos Políticos e a Questão Racial”:

*Os negros devem-se conscientizar do que são, e se honrar dos seus antepassados que lutaram até morrer por uma liberdade, como foi o caso do Quilombo dos Palmares.”

³⁶ Não se sabe de onde retiraram a referida relação. IDI AMIN DADA foi ditador ugandense durante a década de 1970 (1971-1979), considerado um dos dirigentes mais sanguinários da história da África. De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, por ocasião da morte do ditador, em 16 de agosto de 2003, ele teria sido responsável por assassinatos em massa, prisão de opositores, extermínio de tribos hostis e por ter instaurado pelotões de execução. Estima-se que entre 100 mil e 300 mil ugandenses tenham sido torturados e mortos durante o regime do ex-ditador, que costumava jogar os corpos no rio Nilo. Dezenas de milhares de refugiados fugiram do país.

³⁷ Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 109622/76 CNF I/4, p. 30.

³⁸ Disponível no acervo CEV-Rio.

1) Enfoque do assunto abordado pelos conferencistas; 2) afluência estimada as palestras; 3) levantamento dos elementos que compareceram aos eventos; e, 4) outros dados julgados úteis. Ao relatório foram anexados “dois jornalecos” - maneira pela qual o agente se referiu ao número de setembro de 1980 do SINBA e o de outubro de 1979 do EMANCIPADOR – e panfleto divulgando curso sobre Direito Cooperativo promovido pelo Centro de Pesquisa e Estudos Cooperativos.

Sobre o IPCN o Informe 0204 CISA-RJ³⁹, além de colocá-lo como órgão coordenador das atividades de resistência negra do Estado do Rio de Janeiro, reporta que a entidade estaria se articulando para desenvolver um “trabalho de massa” nas favelas dos morros da Mangueira e São Carlos, através da formação de grupos de capoeira e seus dirigentes estariam se preparando para enviar uma delegação para a Reunião Internacional de Negros (a ser realizada em 1977, em Caracas/Venezuela). No documento de 25 de abril de 1977 (Pedido de Busca 438/77-F, do DPPS/RJ-Arq⁴⁰), consta que o IPCN receberia ajuda externa, de entidade desconhecida, no valor de 85 mil dólares.

Mas, o documento que mais detalhadamente caracteriza o IPCN é a Informação de 18 de maio de 1977⁴¹ (ANEXO 7) que: indica que não foi possível constatar o recebimento, pelo instituto, da quantia de 85 mil dólares referenciada; destaca a natureza jurídica do IPCN, nomeia seu corpo diretivo e membros fundadores; descreve as atividades realizadas pela associação cultural; assinala algumas entidades com mantém laços de colaboração com o IPCN (por exemplo, Câmara de Comércio Brasil África, Museu de Arte & Folclore do Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro Asiáticos, Grêmio Recreativo de arte negra e samba Quilombo e Afoxé Filhos de Ghandi) e, em seguida, dispõe: “Ressalte-se aqui o crescente espírito de luta do IPCN em prol da valorização (!) social do negro na comunidade brasileira”. O desconforto do agente em relação à atuação do IPCN continua a ser explicitado em trecho posterior:

O raciocínio seguido pelo IPCN, conduz a uma desvinculação do que até aqui foi observado em termos de história do negro no Brasil. Assim, tratam eles de desmistificar as datas históricas significativas para a compreensão da Cultura Negra (o 13 de maio, por exemplo), da forma como eram (!) apresentados,

³⁹ Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 109622/76 CNF I/4, p. 32.

⁴⁰ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro do Rio de Janeiro”, 18 de maio de 1977, DGIE 296, 632.

⁴¹ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro do Rio de Janeiro”, 18 de maio de 1977, DGIE 296, 623-629.

emergindo, modernamente, o fato da libertação dos escravos como uma obrigação, e não como um ato de caridade do SISTEMA.⁴²

Todos os grifos são da versão original da *Informação*. As exclamações indicam com bastante propriedade a absorção, pelo agente, do mito da democracia racial e da “inadequação” da crítica antirracista no Brasil. Essa conotação torna-se ainda mais evidente quando o agente considera “paradoxal” a postura do IPCN de valorizar o negro na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, declarar maciço apoio aos movimentos “SOUL MUSIC”.

De acordo com Márcia Contins (2005), Feliciano Pereira, militante do Movimento Negro, contou que a sede do IPCN foi vasculhada pelo Departamento de Organização Política e Social, o DOPS. Januário Garcia, integrante do IPCN relatou à Comissão da Verdade do Rio: Nesse mesmo sentido, Carlos Alberto Medeiros⁴³, em depoimento à Comissão da Verdade do Rio, disse que o IPCN foi invadido várias vezes, roubaram documentos, “era uma forma de dizer estamos aqui, uma forma de advertência”.

O Informe 0204 CISA-RJ, já citado, atesta que no dia 10 de outubro de 1976 foi realizado no Clube Fluminense de Natação e Regatas (O “Fluminensinho”, em Niterói) um show do grupo *Evolução*, de Campinas. No show estiveram presentes

⁴² Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro do Rio de Janeiro”, 18 de maio de 1977, DGIE 296, 624.

⁴³ Sobre Carlos Alberto Medeiros, o Informe 0241/ CISA-RJ o vincula ao suposto *Núcleo Negro Socialista* do Rio de Janeiro. De acordo com o documento, os membros desse núcleo teriam aulas de marxismo, movimento comunista brasileiro e política internacional. Conforme relatado no Informe 0241 / CISA-RJ (Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 2671/82 CNF I/D): Medeiros foi desligado da Academia da Força Aérea em setembro de 1968, “por falta de conceito para o oficialato (tentativa de organização de grupos de estudos, através do empréstimo de livros que produziriam futuros adeptos da ideologia comunista e através da técnica da persuasão sobre seus colegas”. Sobre o episódio, Medeiros esclarece que frequentou a Escola da Aeronáutica em Campos dos Afonsos, sempre com gosto de leitura, tiveram a ideia de juntar dinheiro no final do mês para sortear um que compre o livro que quiser, no outro mês outro faria. Resolveram que eventualmente quem tivesse terminado a leitura que achasse interessante faria uma exposição para os outros em reunião, fizeram isso umas três vezes e não avisaram toda a turma para evitar a participação dos “bagunceiros”. Ao mesmo tempo, tinham um Cine Clube, onde passaram *Os Companheiros*, alguns filmes de Fellini, por exemplo, esses filmes eram sempre acompanhados por um oficial. Em 1968, já estava no terceiro ano da escola, pilotando, teve um acidente, caiu com o avião em Nova Iguaçu. Estava se recuperando do acidente em São Paulo, na casa da mãe, e recebeu um telefonema que tinha um avião no Campo de Marte, esperando por ele porque ele tinha um problema para resolver. Medeiros imaginou que o assunto fosse relacionado ao acidente. Chegando no Campos dos Afonsos, o tenente Malan estava no prédio do Comando e disse que tinham descoberto uma célula comunista na Escola e que ele estaria seriamente implicado. E a célula comunista era essa do pessoal que gostava de ler, os livros não tinham viés político, era um pessoal interessado em tudo. Chegando na casa dos padrinhos no Rio, entre Tijuca e Vila Isabel, a madrinha avisou que o Artur [Vieira dos Santos] tinha ido lá e falado alguma coisa relacionada a livros, mas ela não levou a sério. O Artur já estava preso quando o Medeiros prestou depoimento. Quando terminou o interrogatório, abriu-se o procedimento e foram desligados da Escola em quatro dias depois de quatro dias de “investigação”.

representantes do IPCN, do CEBA, do Conjunto ITARARÉ (“radical”) e mais 1200 assistentes. De acordo com os agentes, o show – que teria sido liberado pela censura federal– sofreu mudança drástica no *script*, fazendo constar músicas de protesto contando a história do negro desde a sua chegada no Brasil como escravo, o sofrimento, a libertação, “a atual fase de escravidão econômica e social e a necessidade da sua libertação do imperialismo”. O documento termina com a seguinte instrução: “Este Centro prossegue no levantamento da área do Rio de Janeiro e gostaria de receber colaboração dos OI para aprofundamento do assunto”.⁴⁴

O processo de monitoramento das associações culturais é descrito na Informação 0594/19/AC/78, de 25 de julho de 1978⁴⁵: “Em 1976, os Órgãos de Informações tiveram suas atenções despertadas para a proliferação, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, de Associações Culturais destinadas à propaganda da cultura negra no Brasil” (fl. 01). Em outra passagem, fica enunciado que uma das motivações desse controle estava na possibilidade que esse engajamento negro fosse apropriado por entidades de luta de esquerda, conforme já apontado na nota 09. A *Informação* alerta que “para as organizações subversivo-terroristas o acirramento de antagonismos raciais é um meio útil a seus propósitos”⁴⁶ (fls.05), fazendo referência à apropriação pelo MR-8 de palavras de ordem de cunho racial como “contra a educação racista”, “contra o preconceito racial” e “por uma autêntica democracia racial”.⁴⁷

⁴⁴ Informe 0204/CISA-RJ, fls.07. Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 109622/76 CNF I/4, p. 34.

⁴⁵ Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 2671/82 CNF I/I.

⁴⁶ No mesmo sentido, referenciam que por ocasião do Ato Público contra o Racismo, ocorrido em 07 de julho de 1978 em São Paulo, foi distribuído panfleto de autoria da *Convergência Socialista* se solidarizando com o MNUCDR que terminava com as seguintes palavras de ordem: “contra a discriminação racial”, “pelos direitos do homem negro”, “pela construção de um partido socialista”, “por um BRASIL socialista”. (Informação 0594, 19/AC/78. Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 2671/82 CNF I/I).

⁴⁷ Enquanto o regime militar alarmava-se com o suposto perigo da apropriação do movimento negro pelas organizações de esquerda, setores do Movimento Negro não consideravam essa opção possível. De acordo com o depoimento prestado à CEV-Rio, em 22/05/2015, Januário Garcia – influente representante do Movimento Negro e integrante da diretoria do IPCN relata: “Foi contra a ditadura militar que a gente lutava, agora com uma condição, não dava para a gente seguir a esquerda porque a esquerda não entendia a gente. A esquerda não entendia a gente. A esquerda sempre achava o seguinte: Não, vocês tem que entrar na luta geral para depois que a gente derrubar a ditadura, entrar na luta específica. Ou então vamos fazer a revolução do proletariado, que com a revolução do proletariado ... mas nós não éramos categoria nenhuma, o negro nunca foi categoria [...] como é que a gente vai entrar numa revolução do proletariado? [...] A esquerda nunca entendeu a nossa luta. E a esquerda nunca, em tempo algum, foi nossa aliada. Nunca foi nossa aliada. Alguns que foram para o exílio, de lá de fora, convivendo com algumas sociedades perceberam o grau de racismo que tem no Brasil. [...] A esquerda sempre achava que a gente estava dissonante na luta contra a ditadura. E a gente não acreditava numa democracia se não tivesse uma democracia racial. Então, a gente batia de frente com a esquerda e batia

Nesse mesmo documento⁴⁸, elaborado vinte e dois dias depois do ato público de fundação do Movimento Negro Unificado, há a transcrição de trechos da carta aberta distribuída quando da sua fundação e transcrita no início deste trabalho. A carta teria sido conhecida pelo agente do Serviço de Informação na XXX Reunião Anual da SBPC, em 11 de julho de 1978. Segundo a Informação 0594/19/AC/78, fls. 10:

Durante o longo acompanhamento que os Órgãos de Informações vêm fazendo do assunto ‘RACISMO NEGRO NO BRASIL’ foi identificada uma expressiva quantidade de associações, institutos, clubes e sociedades congêneres que se propõem a defender os direitos do negro brasileiro ‘marginalizado’. Algumas dessas organizações tiveram existência efêmera, outras não conseguiram aglutinar um número significativo de adeptos. Observa-se, também, nos grupos já organizados, a existência de elementos partidários da ação pacífica e partidários da ação violenta.

As conclusões foram no seguinte sentido:

Embora não se constitua, no momento, em um “movimento de massa”, o nível alcançado lhe confere evidente importância, com possibilidades de evoluir em proporções prejudiciais à ordem política e social. A grande bandeira, já identificada, qual seja, a de que o capitalismo impede a ascensão do negro (política-social e econômica) na sociedade poderá aglutinar não só as pessoas de cor descontentes como, também, grupos esquerdistas atuantes, interessados em obter vantagens políticas por intermédio do “movimento negro”. (Informação 0594/19/AC/78, fls. 10)

Os atos do Movimento Negro Unificado ficaram sob constante vigilância do regime. Entre os atos organizados pelo Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro, destaca-se o monitoramento dos seguintes: o “I Encontro Estadual de Negros na Baixada Fluminense”, evento realizado pelo Movimento Negro na Baixada no dia 25 de maio de 1980, no Centro Pastoral Catequese da Diocese de Nova Iguaçu consta monitorado⁴⁹. Há referência também ao acompanhamento do Encontro Geral do Movimento Negro, em 23 de julho de 1980, na Paróquia de São Simão, em Belford Roxo. De acordo com o mesmo documento, em agosto de 1980, na cidade de Niterói-RJ, integrantes do Movimento Negro realizaram ato contra anúncio racista posto em jornal pelo curso de datilografia Oxford. O ato foi contra a diretora do curso que colocou anúncio num jornal da cidade para contratar uma professora de datilografia, vetando, no entanto, “gente de cor”. Em 20 de novembro de 1980, as atividades em

de frente com a direita. Nós ficamos isolados, mas sabíamos o que nós estávamos querendo, sabíamos o que nós queríamos atingir.”

⁴⁸ Informação 0594/19/AC/78, de 25 de julho de 1978. Disponível em Arquivo Nacional, AMA ACE 2671/82 CNF I/I

⁴⁹ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro – Reunião de Militantes”, DGIE 296, 146.

comemoração ao “Dia Nacional da Consciência Negra” realizadas na Cinelândia também ocorreram sob a vigilância do regime⁵⁰.

Vasto foi o lastro de monitoramento direcionado às chamadas associações culturais pelo regime militar, diante do potencial de desestabilizar as relações sociais no plano interno e de configurar significativa ameaça à imagem do Brasil como país da cordialidade entre as raças no plano externo, ideia fortemente defendida pelo regime e capaz de nos colocar na condição de lugar *sui generis* na afirmação da igualdade (e consequente da proteção dos direitos humanos). De acordo com interpretação de Carlos Alberto Medeiros, manifestada em depoimento junto à CEV-Rio, as associações culturais negras e seus membros teriam sido “poupados” de violências mais drásticas exatamente para que não tivessem “provas institucionais” de violência racial que pudesse ser usada como evento catalisador de rebeliões negras mais amplas.

De acordo com Antonio Sergio Guimarães (2001), a resistência que teria ocorrido primeiramente no campo cultural, aumentou sua carga de contestação política e antes de completa a redemocratização do país, com as eleições estaduais de 1982, a militância negra teve a oportunidade de partilhar o poder em alguns Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo. Foram criados núcleos negros nos partidos políticos mais influentes e organismos estatais procuraram absorver as reivindicações da militância nas áreas da cultura, da legislação e da ação executiva. Em São Paulo e no Rio de Janeiro foi a oposição de esquerda ao regime militar que chegou ao poder e passou a atender às reivindicações de seus aliados negros.

Em 1988, o Movimento Negro organizou uma marcha para denunciar a farsa da abolição, nesse momento outro ato bastante autoritário das Forças Armadas indica que a repressão contra as mobilizações políticas negras continuaram a acontecer.

Segundo Januário Garcia⁵¹, na época Presidente do IPCN:

Januário: Tanto é que em 88, nós fizemos uma marcha no 13 de maio, a marcha da farsa da abolição, que foi um negócio tão forte que o 4º Exército saiu às ruas com os carros urutus para nos reprimir porque a gente havia levantado uma questão muito importante naquela época que foi a guerra do Paraguai. A gente levantou a questão dos pelotões de negros que foram à guerra do Paraguai sem armas, descalços, que Caxias botou para morrer. E havia em Caxias, o bispo Dom Hipólito, que levantou a questão de mudar o nome do município de Caxias porque ele era um sanguinário. Aí o frei David

⁵⁰ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Movimento Negro – Reunião de Militantes”, DGIE 296, 146.

⁵¹ Januário Garcia prestou depoimento à Comissão da Verdade do Rio em 22/05/2015.

que era o pároco da Igreja de São João de Meriti, falou que nós íamos fazer uma marcha da Candelária até o monumento de Zumbi. Mas que íamos fazer uma parada em frente ao Panteon de Caxias e quebrar o pau. Bastou, minha amiga. Foi o exército vir todo para rua.

CEV-Rio: Tinham quantas pessoas? Centenas?

Januário: Tinha centenas de pessoas, muita gente. A gente estava na Candelária e neguinho que chegava, chegava no máximo à Uruguaiana porque não dava para vir mais. E o Exército colocou gente na Central do Brasil, em todos os lugares, qualquer um que estivesse com um papel na mão, com a bandeira na mão, nego tomava mesmo, batia tomava. Então, chegou na hora, veio o comandante, um veado do exército, não sei se era um coronel, não me lembro, e ele disse que a gente não podia seguir em direção ao monumento do Zumbi, disse que a gente tinha que seguir em direção à Cinelândia. E a gente falou que não, disse que ia. Ele disse que ia nos impedir, não sei o quê, não sei o quê. E naquele momento eu entro naquela discussão, eu era o presidente do IPCN na época e essa reunião toda foi feita dentro do IPCN, toda a articulação foi feita dentro do IPCN e eu respondia politicamente pelo IPCN na época, aí eu falei, coronel, é o seguinte, **nós vamos marchar até aonde o racismo do Exército permitir, mas nós vamos nessa direção.** E fomos, fomos até certo ponto. Quando a gente chegou lá, mas tinha um aparato de policiais, que não dava, uma barreira, tinha carro de combate, tinha tudo, não dava para seguir.

O processo político que foi inaugurado com a participação do Movimento Negro na Constituinte de 1987/88 e seus reflexos na redemocratização do país representa momento bastante complexo, que não poderá ser tratado nesse trabalho.

Movimento Black Soul

Além da atuação das organizações que foram monitoradas e referenciadas acima, a preocupação dos órgãos de segurança voltou-se a uma outra forma de articulação negra que se desenvolveu no período: o *Movimento Black Soul*. Muitas são as definições desse movimento, a pesquisa tomará por parâmetro a descrição feita por um dos seus principais expoentes, Asfilófilo de Oliveira Filho – o Dom Filó, que em depoimento à CEV-Rio, caracterizou o movimento.

Segundo Filó, o movimento começou com o Dj Big Boy colocando músicas em festas e com um horário diário na rádio 860 (Mundial). Ele fez uma série de festas no Canecão, inclusive com a vinda do James Brown, quando se identificou a força da black music. Nesse movimento surgiram a Banda Black Rio, Gerson King Combo, União Black, Tim Maia, Tony Tornado e outros. O Big Boy deixou de fazer as festas no Canecão por conta de uma turnê do Roberto Carlos na mesma casa de show, e a partir daí começaram as festas itinerantes. Com as festas itinerantes, aumentou ainda mais a capilaridade do movimento pela zona norte e foram despertadas muitas

equipes de som. Um dos assistentes do Big Boy, Mr. Funk Santos, saiu e montou sua própria equipe, por volta de 1971. Uma das equipes surgiu com o cunho fortemente político, nasceu no Clube Renascença, promovido por jovens sócios do clube vinculados à sua diretoria artística, no mesmo momento em que começaram a ser realizadas as reuniões no Teatro Tereza Rachel que deram origem às associações culturais negras anteriormente citadas, em que muitos desses jovens estavam envolvidos. Passaram a promover no Renascença nas quintas feiras filmes com palestras, som *black* e fotos para aproximar a juventude das redondezas do clube. Quando já tinham um público formado, passaram a fazer nos domingos, a noite do *Shaft*, quando surgiu a Equipe Soul Grand Prix, inspirada na experiência do Mr. Funk Santos. Como novidade, projetavam vídeos e fotos dos ícones negros norte-americanos ao lado das fotos dos frequentadores do baile, com o objetivo de formar uma consciência racial naquela juventude. De 1972 a 1974, a música *black* teve o seu auge no Clube Renascença. E, nesse período também, começaram as infiltrações no movimento. Despertou interesse da repressão a presença de estrangeiros nos bailes, eram jogadores de basquete americanos negros e DJs americanos foram convidados para tocarem nas festas. Em função de obra para construção de nova sede para o Clube Renascença, o movimento ganhou as ruas e os membros do movimento ficaram mais expostos também.

A Equipe Soul Grand Prix firmou contrato com a Warner, lançou seu primeiro LP por volta de 1974/75 e ganhou disco de ouro. O segundo disco saiu em 1976 e o último entre 1977/78. Os bailes estavam atingindo um milhão de jovens no Rio de Janeiro e a repressão passou a monitorar mais de perto. O estopim foi em 1976, com uma reportagem do Jornal do Brasil desqualificando o movimento, acusando-o de imperialista. Segundo Dom Filó em seu depoimento à CEV-Rio, esse evento marca o recrudescimento da perseguição da ditadura militar contra ele, que vai culminar na sua levada (sequestro) para a Barão de Mesquita por membros do regime, quando estava saindo de uns dos bailes realizados no Clube Renascença.

Havia uma interpretação corrente sobre o movimento *black soul* de que se tratava de algo produzido/financiado por interferência externa, sem laços consistentes com os processos de afirmação da negritude experimentados no Brasil. Em sentido diametralmente oposto defendem seus seguidores e também estudiosos das relações raciais no Brasil. Por exemplo, Hanchard (2001, p.134) caracteriza o *black soul* como

“um dos vários fenômenos da diáspora africana de um determinado contexto nacional-cultural apropriaram-se de algumas formas materiais e simbólicas de outro”.

O autor insiste em que o movimento foi extremamente hábil em não se deixar assimilar pelo regime militar, tampouco pelas elites civis – que já haviam demonstrado o seu potencial devastador sobre o samba. Para o autor:

Na época em que recebeu cobertura da mídia, no fim da década de 1970, o Black Soul foi criticado pelo governo militar – que procurou invocar a ideologia cada vez mais falida da democracia racial – e pelas elites civis que se opunham à ditadura mas que, apesar disso, acreditavam que os expoentes do Black Soul estavam fomentando o ódio e o conflito raciais. Os dois setores viam o Black Soul como um fenômeno que precisava ser controlado. Por ser independente das definições da elite branca sobre a “brasilidade” nacional e a prática cultural afro-brasileira, e também por resistir à apropriação pelas elites brancas, o Black Soul foi objeto de críticas e, por fim, de repressão. (HANCHARD, 2001, p.137)

O movimento atraiu de pronto a atenção dos órgãos de segurança por vários motivos. Em primeiro lugar, a ideia amplamente compartilhada de que se tratava de uma “infiltração” dos movimentos externos como os norte-americanos radicais de luta por direitos civis, no modelo *Panteras Negras* ou de enfrentamento à herança colonialista como os desencadeados a partir de obras como *Os Condenados da Terra*, de Franz Fanon, colocava o movimento na onda de denúncias marxistas, contra o imperialismo e, portanto, lidas como sendo de franca oposição ao regime militar. Além desse aspecto, o teor de confronto em relação às situações cotidianas de desigualdade e desrespeito, tinha o potencial de desmantelar importante ferramenta ideológica que, apesar de não mais se sustentar academicamente, continuava pautando o ideário sobre relações raciais no Brasil, o que servia como mecanismo de contenção de rancor de uma massa significativa da população brasileira.

Nem curiosa, nem surpreendentemente, um pensador que despendeu bastante energia para desqualificar o movimento *black* foi Gilberto Freyre. No famoso artigo “Atenção, brasileiros”, de 1977, o comportamento padrão da elite branca ficou bastante evidente. Não há notícias de que Freyre tenha frequentado algum baile *black*– aliás, como fizeram muitos agentes do serviço de informação que começaram a mudar seu posicionamento sobre o que se difundia nos quartéis – mas, destilou no “Diário de Pernambuco” a sua observação sobre o fenômeno. Tratava-se “de uma tentativa de introduzir, num Brasil que cresce plena e fraternalmente moreno [...] o mito da negritude” como forma de “convencer os brasileiros também de cor de que seus bailes e suas canções ‘afro-brasileiras’ teriam que ser de ‘melancolia’ e de

‘revolta’? E não, como acontece hoje (...), os sambas que são quase todos alegres e fraternos”. (FREYRE *Apud* HANCHARD, 2001, p.138)

Há quem diga que houve críticas internas⁵², no próprio movimento negro sobre os bailes *black* e que, portanto, seria demasiado temerário dizer que a crítica partiu de um comportamento de uma elite branca. É verdade que alguns setores tinham desconfiança e criticavam os bailes⁵³. A principal diferença entre as duas críticas está na motivação. O problema maior para a elite branca não estava propriamente numa possível ameaça imperialista estadunidense, mas em uma forma de identificação afro-brasileira que não passava pelo seu teste (o branco) de originalidade, não vinha carregada da suposta alegria e fraternidade dos sambas⁵⁴. Muito suposta, estereotipada e condicionada a fraternidade morena, distancia-se de qualquer noção de livre conformação de identidade e assume o *slogan* essencialista que costuma submeter aos defensores das políticas de identidade. A crítica “interna”, de outro modo, mantinha a importância da denúncia antirracista e do orgulho negro e da negritude⁵⁵ que o movimento *black soul* promovia, mas discordava das fontes

⁵² Segundo Hanchard (2001), as principais lideranças do movimento *black soul* eram consideradas americanistas e depreciadas como materialistas crassos por várias facções do movimento negro.

⁵³ Segundo Filó, quando a Equipe Soul Grand Prix e alguns cantores de samba fecharam contrato com a Warner e começaram a ganhar o mercado, Candeia diz a Filó que vai fazer um samba detonando o movimento soul e que ele não se intimide porque era preciso “confundir os caras, fique quieto e vamos ganhar nosso dinheiro, estão achando que nós estamos de bobeira”. Nesse samba, chamado “Sou mais samba”, os versos dizem “Eu não sou africano, eu não/ Nem norte-americano!

Ao som da viola e pandeiro/ sou mais o samba brasileiro! /Menino, tome juízo/ escute o que vou lhe dizer / o Brasil é um grande samba / que espera por você/ podes crer, podes crer!/ Á juventude de hoje dou meu conselho de vez:/ quem não sabe o be-a-bá/ não pode cantar ingles /aprenda o português!/ Este som que vem de fora/ não me apavora nem rock nem rumba/ pra acabar com o tal de soul basta um pouco de macumba!/ Eu não sou africano! / O samba é a nossa alegria/ de muita harmonia ao som de pandeiro/ quem presta à roda de samba/ não fica imitando estrangeiro/ somos brasileiros!/ Calma, calma, minha gente/ pra que tanto bambambam/ pois os blacks de hoje em dia /são os sambistas de amanhã! / Eu não sou africano!”. Filó sustenta que essa aparente richa era armada, jogo de marketing. Mas, para a grande mídia e grande público a “briga” entre soul e samba era real.

⁵⁴ Por dever de honestidade é preciso, no mínimo, referenciar alguns dos principais sambistas brasileiros, que fizeram da melancolia e da revolta motivos de suas obras primas. Com o samba-canção nos brindaram Lupicínio Rodrigues, Ataulfo Alves, Cartola, Nelson Cavaquinho e Guilherme de Brito, entre muitos outros. Entre os que transformaram a revolta em poesia e potência, tem-se, entre outros tantos, Nei Lopes, Wilson Moreira, Adoniran Barbosa, Candeia, Dona Ivone Lara, Bezerra da Silva.

⁵⁵ Iris Oliveira (2014), ao investigar as convergências e dissidências entre o movimento *soul* e o ‘samba de raiz’ defende que havia semelhanças de pensamentos entre os *black* e os sambistas, tendo ocorrido uma aproximação direta entre as duas manifestações pelos jovens. Dom Filó, por exemplo, criou o BRAFRO, uma nova ala da Escola de samba Quilombo para agregar os diversos grupos negros preocupados em preservar suas origens. As principais semelhanças entre lideranças do movimento soul e do samba de raiz amparavam-se nos seguintes aspectos: “críticas feitas à sociedade racista que discriminava, segregava sutilmente e estigmatizava os pretos; na tomada de atitude em relação aos seus incômodos imediatos e históricos, como as demonstrações de preconceito de cor sofridas individual e institucionalmente; nas apreciações sobre as tentativas de dominação da cultura ancestral que julgavam lhes pertencer; no zelo em preservar a cultura africana, herdada dos antepassados e repassá-la aos seus sucessores; na preocupação com as oportunidades de ascensão social para geração subsequente;

(americanistas) dessa postura política de afirmação porque partilhava de influências ideológicas africanistas.

De acordo com Nei Lopes:

A música popular de origem africana, no contexto dos 25 anos do Movimento Negro, é extremamente ambígua: se construída nos padrões da globalização *pop*, é bem vista e difundida, mesmo vinda dos guetos e irradiando atitudes vendidas como de afirmação étnica e transgressora; mas o discurso anti-racista inerente é assimilado como modismo internacional e esvaziado. (LOPES, 2008, p. 95).

O exercício de liberdade experimentado na aceitação do próprio corpo, cabelo, cultura e ancestralidade em um território de enraizada moral colonial-escravista era demasiado inapropriado para o ambiente de repressão e violência imposto pelo regime. Quanto mais o regime endurecia, mais cabeleiras orgulhosamente se encrespavam, roupas extravagantes eram expostas e a partir de tudo isso a desconstrução de imagens naturalizadas de subserviência e subalternidade. O incômodo que geravam era evidente, não fosse isso não haveria a necessidade de mostrar aos que foram apreendidos (ilegalmente) a postura que nunca deveriam ter deixado de ter: cabelos raspados, aparência uniforme, olhar desviado para baixo, de preferência, invisíveis.

Com toda polêmica e potencial de aglutinar multidões, os bailes *black* estiveram na mira da repressão de diversas formas e em diversos momentos. Em 07 de fevereiro de 1975, o DOPS-GB expediu o Informe 17/75-B⁵⁶ - documento confidencial - através do qual a agência alega ter recebido informações sobre a formação de um grupo no Rio de Janeiro, liderado por jovens negros de nível intelectual acima da média, “com pretensões de criar no Brasil um clima de luta racial entre brancos e pretos”. Segundo o documento, haveria indícios de que o grupo seria liderado por um negro norte americano e financiado por dinheiro que parecia chegar de fora, possivelmente dos Estados Unidos. Os jovens estariam sendo aliciados na Escola de Samba Portela e teriam como metas: “sequestrar filhos de industriais brancos; criar um bairro só de negros; criar um ambiente de aversão a brancos, entre

convergir até na fonte de suas referências, a musicalidade de nações africanas dispersadas no “Atlântico Negro”, que banha tanto o Brasil quanto os Estados Unidos” (OLIVEIRA, 2014: 183)

⁵⁶ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 07 de fevereiro de 1975, DOPS 232, 219.

os negros”. A partir do documento são solicitadas sindicâncias reservadas “dado a importância do Informe e suas circunstâncias de possíveis explorações”⁵⁷.

Em resposta, na Informação exarada em 08 de abril de 1975⁵⁸, a equipe de sindicâncias atesta: “Tudo indica, o inserido na presente, tenha um fundo de verdade. Porém, até a presente data, não se conseguiu apurar algo de positivo”. De acordo com o documento “os dados constantes na mesma, ainda se encontram em poder de um de nossos informantes, ligado diretamente a ESCOLA DE SAMBA PORTELA”.

A Informação 1910 DARQ/DGIE⁵⁹, intitulada “BLACK POWER”, reporta à realização do baile “Fusão dos Black da Guanabara e do Rio de Janeiro” promovido pelas equipes Soul Grand Prix e Black Power. No evento teriam comparecido cerca de seis mil pessoas de cor na sede da Escola de Samba Portela no dia 19 de abril de 1975. Em 26 de abril do mesmo ano, os *black* teriam promovido a concentração de quatro mil pessoas no “Casadura Tênis Clube”. Nesse documento, informam os nomes dos integrantes do conjunto *Black Power*: Paulo Santos Filho, Emilson Moreira dos Santos e Adilson Francisco do Santos que, “ouvidos no DGIE negaram a prática de qualquer modalidade de discriminação racial, bem como a proibição de atuarem do Grêmio Recreativo de Rocha Miranda”.⁶⁰ Por fim, destacam que os rapazes “afirmaram desconhecer a presença de um negro americano no ‘Grupo *Black*’.”⁶¹ O Grupo *Black* seria composto por Paulo José dos Santos Filho (Baiano), Sebastião Claudio da Silva (Kimbonge), João Batista do Nascimento (Dangio) e Ari do Nascimento Grijo. A equipe de sindicância da Seção de Buscas Ostensivas,

⁵⁷ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 17 de fevereiro de 1975, DOPS 232, 217-218.

⁵⁸ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 08 de abril de 1975, DOPS 232, 215.

⁵⁹ Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 22 de julho de 1975, DOPS 232, 197-198.

⁶⁰ Em 11 de julho de 1975, prestaram depoimento na delegacia Paulo Santos Filho, Emilson Moreira dos Santos, Adilson Francisco dos Santos. Foram questionados sobre os demais membros da equipe, a função desempenhada no grupo, sobre como se deu a origem material da equipe; houve perguntas também relacionadas a presença de um norte-americano no “Grupo Black”, a suposta proibição da entrada de sua equipe no Grêmio Recreativo de Rocha Miranda – pela discriminação a brancos nos bailes; sobre a realização do “Encontro da Fusão dos Black da GB-RJ”, consumo de drogas no baile e o que era difundido nos cartazes colados na parede no baile – que segundo os depoentes era “GRITE, CANTE, PULE, MAS ESTUDE”. Segundo relatado por Adilson Santos, o Grupo Black (Gilson, Dangio, Ary, Baiano e Kimbonge) se reunia frequentemente na Rua da Alfandega esquina com Miguel Couto. Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 11 de junho de 1975, DOPS 232, 200. (ANEXO 8)

⁶¹ (Informação 1910 DARQ/DGIE, fls. 2). Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 22 de julho de 1975, DOPS 232, 197-198.

informou em 05 de maio de 1975⁶², maiores detalhes sobre os membros supracitados (filiação, endereço, ocupação, naturalidade) e sobre as atividades realizadas pela Equipe.

Gradativamente, os monitoramentos foram gerando ações mais incisivas sobre as lideranças do Movimento *Black Soul*, conforme atesta a “oitiva” dos membros do “Grupo *Black*” (acima descrita) e ações nos próprios bailes, conforme relato de Dom Filó:

Filó: Aconteceram vários fatos, mas alguns que balançaram realmente. Foi quando nós fizemos o lançamento do nosso LP, fizemos o lançamento do LP pela Warner. Depois de ter fechado 10.000 pessoas no Portelão, depois de ter ocupado o Lespan na Avenida Brasil, aí resolvemos fazer o lançamento em um clube médio, que dava umas seis mil pessoas. Só que tinham 15. 9 mil fechando a Avenida Brasil. No Guadalupe Country Clube. Se vocês forem em Guadalupe, esse clube é na beira na Av. Brasil, aí tem uma passarela. Você imagina as pessoas dançando em cima daquela passarela, a Av. Brasil fechada, arrebentaram a porta do clube, a piscina estava vazia e eles dançaram dentro da piscina. Conclusão: a tropa de choque da aeronáutica veio para dispersar. Foi um negócio terrível. Aí chegaram acendendo a luz, nós acendemos a luz. Aí o capitão veio caminhando com aqueles Catarinas, na época eram aqueles catarinas, os caras não eram nem do Rio de Janeiro, todos amarelos, vermelhos, doidos pra bater. Aí quando ele veio na minha direção eu peguei o microfone, era um festival de equipes, estava na minha hora, uma hora da manhã mais ou menos, e eu falei: olha galera, vocês fiquem tranquilos porque a polícia...eu falei polícia, porque pra mim, quando eu vi, era polícia, mas não era polícia, era aeronáutica, pior ainda, porque polícia a gente tinha um medo, era na época da Invernada de Olaria, um negócio mais barra pesada, a gente tinha medo da Invernada, que eram os sete homens de ouro, sumia mesmo, negócio barra pesada. Eu tinha mais medo da Invernada do que da aeronáutica. Porque até então a aeronáutica para mim era outra história...enfim, ele chegou até o palco, eu peguei o microfone, fui acalmando, e ele chegou até mim e falou: “olha, muito obrigado, você fez um grande favor, me ajudou bastante, porque a ordem que eu tinha era para acabar com o baile e meter o pau em geral”. Eu falei: “capitão, nós temos aqui 6 mil aqui dentro e lá fora deve ter o dobro, olha, por favor o senhor não faça isso. Não acaba esse baile agora não, deixa ele ir acabando devagarinho”. E ele disse: “tudo bem, mas depois o senhor vai ter que me acompanhar”. E eu: “quem vai ter que acompanhar? Eu? Eu não, o senhor tem que falar com o dono do clube. O clube que me contratou”. Eu tinha o discurso todo já...” [Isso foi em 76]

Quando se reportam aos “radicais” do movimento negro (Informe 0204/CISA-RJ, fls. 3), os informantes do Ministério da Aeronáutica afirmam: “Os “radicais” desenvolvem o trabalho de recrutamento entre os frequentadores dos Clubes de Soul”. Não tendo sido possível até aquele momento, 20 de outubro de 1976, assegurar o envolvimento dos Conjuntos Musicais de *Soul* com os “radicais”.

⁶² Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Assunto: “Black Power e Música Soul”, 05 de maio de 1975, DOPS 232, 211-214.

Em setembro de 1976, foi exarado o Pedido de Busca n. 060/3^a. SC/76 pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional pretendendo ter acesso a tudo o que constasse sobre bailes *black* ou “*Black Rio*”. Nele foi anexada resposta a outro Pedido de Busca, o de n. 02343 (DGIE), de 02 de julho de 1976 que trazia as seguintes informações: atestavam o comparecimento de numeroso público de pessoas de cor em baile organizado pela equipe *Soul Grand Prix* no Guadalupe Country Clube, em 16 de março de 1976 e que o pedido de reforço policial feito pelo Clube não se originou de violência no baile, mas do excesso de lotação verificado em baile anterior; faziam referencia a possível proibição de que a *Soul Grand Prix* atuasse no Grêmio Recreativo de Rocha Miranda – por já ter sido investigada pelo DOPS por prática de discriminação racial; destacavam que nos clubes da Baixada Fluminense visitados, verificaram clima de tranquilidade; em 19 de maio, observadores do DGIE estiveram na quadra do GRES Império Serrano, por ocasião da 3^a Caravana do Soul, com a presença de Tony Tornado que, segundo os observadores, revelou-se amável e ponderado em suas declarações à massa calculada entre 3 a 5 mil pessoas.

No Relatório do Serviço de Buscas do DPPS, datado de 23 de agosto de 1976, em referência ao memorando 492-SA/DPM, de 22 de julho de 1976, o agente expõe que o objetivo das equipes de som é primordialmente comercial, destacando entre os principais representantes do movimento: o discotecário Big-Boy, Monsieur Lima⁶³, a Equipe *Soul Grand Prix* e a Equipe *Black Power* (tendo seu responsável identificado como Paulo Santos, de “endereço desconhecido”). Destacam a realização de dois bailes com presença de artistas norte-americanos, segundo eles, contratados pela empresa paulistana “*Four Seasons*”, sem que tivesse ocorrido “nenhum fato anormal”; o segundo dos bailes teria ocorrido no Olaria Atlético Clube.

Em 05 de outubro de 1976, em resposta ao PB 03436 DARQ/DGIE (Ref: PB n. 60/3^a SC/76-SG/CSN – Prot. n. 12.792/76/DARQ), tem-se o documento considerado pela pesquisa como o mais “analítico” em relação ao movimento Black

⁶³ Hanchard (2001) caracteriza Monsieur Lima da seguinte maneira: “Monsieur Lima, um carioca branco, proprietário de uma boate que patrocinava bailes soul na Zona Sul da cidade (Botafogo), contratando conjuntos musicais como o Black Power e o Soul Grand Prix, chegou a sugerir que os bailes não só eram comercialmente viáveis, como eram também uma forma de controle social: ‘Não fosse por esses bailes, que é que as massas de pessoas fariam nos sábados e domingos? Como iriam se divertir? Se não tivessem isso, garanto que haveria um grande aumento dos assaltos nos fins de semana por essas pessoas que não teriam o que fazer (...) o governo deveria incentivar isso’ [os bailes]” (HANCHARD, 2001: 140).

Rio, por esse motivo, serão transcritos os trechos mais representativos da visão do órgão de repressão sobre o mesmo:

Aqui no Rio muitos deles, em parte por emulação, em parte por esnobismo, mas visando sempre à obtenção do lucro, se vêm organizando em grupos ou conjuntos musicais a que dão nomes pitorescos ou bombásticos, em consonância com o exemplo americano. Assim, temos: “Soul Grand Prix”, “Dynamic Soul”, “Boot Power”, “Black Power” e outros.

(...) Por motivos óbvios, esses bailes são frequentados por pessoas de cor e em grande número graças à propaganda feita pelo rádio e pela afixação de cartazes em pontos diversos da cidade.

(...) Apesar de o nosso movimento “Black Power” assumir certo caráter contestatório e discriminatório, à semelhança do seu homônimo americano, tal afluência de brancos, pelo menos até agora, não tem produzido incidentes.

(...) Aqui no Rio o “Black Power” abriga algum sentimento contestatório e racista, conforme já dissemos, porém ainda sem grandeza nem profundidade, não logrando contextura sócio-política.

Pelo que foi apurado pelos monitoramentos não foi possível corroborar nenhuma das ameaças “procuradas” pela repressão como, por exemplo, o envolvimento de capital e membros estrangeiros; difusão de discriminação contra brancos ou guerra racial; uso de drogas ou outros ilícitos nos bailes; material usado nos bailes de direta crítica ao regime militar ou de propaganda comunista, entre outros. Nesse sentido, outras formas de violência foram empreendidas pelo regime contra o Movimento Black Soul. Em depoimento prestado à Comissão da Verdade do Rio em 02 de junho de 2015, Dom Filó conta sobre o seu sequestro (DOI-CODI) em 1976:

Filó: Saindo do baile, quando eu ia entrar no carro, meteram o capuz na minha cabeça e eu só vi estrelas. Me levaram dentro do camburão, dei algumas voltas. Pelo cheiro, pela umidade, mais tarde eu vim saber que era aquele quartel da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Chegando lá me botaram em uma cadeira, tiraram o capuz, tinha muita luz, muita luz. Eles perguntavam onde estava o US\$ 1 milhão, se eu era comunista. Aí apagaram toda a luz e falaram: agora você vai ver. Aí eu falei: se eu sumir, imagina o que vai ter aí na porta. Se um baile tem quinze mil, multiplica isso aí por 400 bailes que acontecem. Aí eles pararam, fizeram uma reflexão, me deixaram lá por um bom tempo. Aí me botaram no carro e me largaram em Lins.

A prisão-sequestro do Filó não foi a única, de acordo com relato de Xavante não eram só as lideranças do movimento black que sofreram a atuação da ditadura, frequentadores dos bailes também estavam na mira da repressão:

Xavante –Todas as vezes que eu entrei em cana lá na internada de olaria, porque aí tinha aqueles bailes, aqueles bailes lá no Lespan, na Casa dos Marinheiros ali, teve uma época que eu me lembro muito bem, que a gente saindo do baile tinha aquela polícia naval que fazia ronda ali e a gente saiu e eles foram atrás da gente, entendeu? Correram, saíram atrás da gente, pegou o nosso grupo, que a gente saía daqui da Rocinha e ia dançar lá praqueles

lados, então tinha sempre uma disputa de movimentos, de bairro e tal, e aí, rapaz, eu tinha um cabelo que era isso assim, era um black grande, e os caras cortaram nosso cabelo, deixaram a gente careca. (...) levaram a gente pra dentro do quartel.

CEV-Rio – Qual era o quartel, você lembra?

Xavante – Aqui no...tem a Lespan, tem a Casa dos Marinheiros ali, aquele quartel da Avenida Brasil.

Xaolin – Então você sofreu uma tortura branda. Considerando o que eles faziam...

Xavante – Deram um banho de água fria na gente.

Xaolin – Você deve ter ficado psicologicamente afetado durante bastante tempo, porque gostava do teu cabelo, né?

Xavante – Isso.

Xaolin – Era feliz e te colocaram uma infelicidade.

Xavante – Cortou nosso cabelo e deu um banho na gente de água gelada. E ficamos lá até a tarde do outro dia. Foi numa sexta feira, aí quando foi no sábado a tarde eles liberaram a gente.

CEV-Rio – Isso deve ter sido final da década de 70, início de 80?

Xavante – É, já no final da década de 70, isso.

Xaolin – Viu, você era monitorado e não sabia.

Xavante – Do movimento black, porque também a gente pregava na época o fim da ditadura nos bailes, pregava a igualdade social. E o movimento black era discriminado naquela época.

Xaolin – É, porque nos Estados Unidos rolava a luta pelos direitos sociais, com Martin Luther King, aquele... como é o nome dele? Malcom X. Aí repercutia aqui no Brasil também.(...)

Xavante – O próprio Toni Tornado foi investigado... tinha o Gerson King Combo, né? Que também, na época, a gente pregava a igualdade, a não discriminação. Porque o simples... você tem que ter o direito. Você quer andar com o cabelo no chão, qual o problema? É teu. E as pessoas discriminavam. Diversas vezes, também, nesses bailes, você tinha a presença da PE [Polícia do Exército]. Às vezes a PE na porta também, monitorando ali. (...)

Xavante – (...) Sempre nos finais do baile, ou no início, as pessoas às vezes, vizinho denunciava, qualquer coisa, e a viatura parava lá na porta. O que acontece é o seguinte, naquele tempo, do movimento Black, só quem frequentava esse movimento era negro e branco pobre. E o que ocorre é que dentro desse movimento, desses bailes, se pregava muito a liberdade, a liberdade de expressão e tal, e estavam começando a surgir aí... veio o movimento black, o Soul Music, o charme... que entrou aí, já vinha trazendo a reboque o funk, que já vinha ganhando uma popularidade. Então essa questão aí não era olhado... eles não olhavam a gente com bons olhos porque era um movimento que crescia, que pregava sempre a transformação, alertava, sinalizava ao povo que precisava de mudança. Os bailes, quando ia lá o Toni Tornado, Gerson King Combo, o negócio fervia, e sempre tinha lá, viaturas que chegavam e ficavam ali monitorando para ver se ia haver algum excesso, alguma coisa parecida. Isso aí eu me lembro. Uma vez a gente foi ao Caramujo, lá em Niterói. Saímos de lá a base de porrada, cara. (...) Muito doido. Era perigoso, a gente saía e não sabia se ia voltar, ou se ia entrar em cana, o que ia acontecer.

CEV-Rio – E numa dessas você foi preso?

Xavante – Fui preso muitas vezes.

CEV-Rio – Mas essa que cortaram seu cabelo...

Xavante – É, lá na Penha. Cortaram nosso cabelo, deram banho na gente, era inverno, deram banho de água fria, água gelada. E porra, você ficar em uma

celinha menor do que isso aqui, tudo escuro e o cara chegava por cima... o cara depois de cortar nosso cabelo, depois de botar naquela cela nu, ainda por cima jogava água...

Xaolin – Se hoje você for lá você lembra o local, a sala, o endereço? É na Invernada de Olaria?

Xavante – Não, isso aí foi lá no quartel...

CEV-Rio – Era a Vila Militar?

Xavante – Era Vila Militar não. Era Avenida Brasil, quartel da Marinha. Tem um quartel da Marinha Mercante e depois um quartel da Marinha. Inclusive, um tempo atrás, faz uns quinze anos, eu entrei lá para poder fazer uma casa de bomba, já como empreiteiro.

No mesmo sentido, Daílton Lopes, militar da Força Aérea, perseguido e expulso das forças armadas, em depoimento prestado à Comissão da Verdade em 23/07/2015, testemunhou:

Daílton: Todo baile tinha alguém do serviço secreto, porque na verdade o que acontece, todo policial, podia ser ele militar, civil, era um agente deles. Então, as informações, eles sabiam de tudo. Vira e mexe na entrada do baile era revista. Nossos cabelos...todo mundo usava, pessoal que tinha cabelo assim igual ao meu, usava um garfo, como um pente. Então aquilo também...e eles ficavam preocupados com nosso pente. Mas a gente não brigava entre nós não. Nosso baile a gente ia para curtir, para dançar, curtir a coisa do Toni Tornado, do James Brown, dançar um Soul.

Além das torturas físicas e psicológicas, o racismo institucional do regime se decanta na crueldade dos agentes de cortarem os cabelos black power da negrada. Era o recado da Casa Grande de que não seriam admitidas posturas altivas de afirmação de negritude e questionamento do sistema pernóstico de desigualdade vivido na senzala. Cada um no seu lugar, como sempre foi, e continuaríamos a ser o país da harmonia racial, exemplo para o mundo.

Repressão nas Escolas de Samba

Por fim, cumpre indicar também alguns mecanismos de censura que foram aplicados às escolas de samba. De acordo com Hanchard (2001:138): “era comum a polícia invadir as quadras de escolas de samba, nessa época, e fazer detenções indiscriminadas de até duzentos rapazes negros de cada vez, bem no meio da quadra”.

Ainda que o controle sobre as escolas de samba não tenha iniciado com o golpe de 64, a sua responsabilidade pela continuidade/aprimoramento do controle merecem ser destacados e serão referenciados alguns atos que ocorreram durante o período da ditadura militar.

Segundo depoimento do carnavalesco do Salgueiro Fernando Pamplona, tomado por Tamara Cruz (2010, p.100-101), além dos enredos e sambas-enredos,

todo o processo de criação do carnaval também passava pelos censores: fantasias, alegorias e adereços, por exemplo, tinham que ter “carimbo” e passavam por vistórias ou “visitas” (nos barracões). Quando, em 1967, O Salgueiro defendeu o enredo *História da Liberdade no Brasil*, o carnavalesco Pamplona foi questionado pelos militares:

Pamplona: (...) os ‘milicos’ só apareceram no Salgueiro para conversar comigo quando fiz a *História da Liberdade no Brasil* ... “Olha tem uns caras aí querendo falar com o senhor (e todos os ensaios eram acompanhados pelo DOPS) ... Eu só recebi [militares] quando fiz *A História da Liberdade no Brasil*. Dois coronéis me perguntando por que eu tinha feito a História da Liberdade no Brasil e tinha parado em Deodoro? (...) Eles perguntaram: Por que não contaram até os dias de hoje? Eu disse: Por que a história de hoje vai ser contada amanhã. Ninguém é juiz de hoje! (risos) (CRUZ, 2010, p. 105).

Em outra passagem, destaca o carnavalesco:

Pamplona: Lançamos o enredo na “Casa Grande” [quadra] e enfrentamos alguns problemas com a polícia política. Chegaram até a cortar a luz do Salgueiro. A situação ficou tão ruim, que reuni a escola para comunicar que estávamos sofrendo uma perseguição política. Avisei que, a qualquer momento, poderia ser preso. Se eu fosse preso, Jordano seria meu substituto. Se Jordano fosse preso também, o substituto seria Laíla. E, se prendessem Laíla, a escola desfilaria com esparadrapos na boca, só um surdo tocando. Seria um desfile para cair do grupo principal. “Vocês topam?”, perguntei. Houve alguma hesitação, até que alguém falou que topava. Todo mundo topou. No dia do desfile, vários diretores levaram esparadrapos para ser usado em qualquer emergência. (CRUZ, 2010, p. 108-109).

Por fim, descreve o carnavalesco outra forma de atuação do regime em relação aos enredos “indesejáveis”:

Pamplona: Eu sei que houve uma ligeira sabotagem indireta. Nós já estávamos pra sair com a escola e a bateria não chegava. A bateria? Os “milicos” tinham segurado a bateria lá no Estácio. Como é que você vai fazer sem a bateria? Aí, a Globo estava começando a cobrir o carnaval, eu cheguei lá dentro da Globo e denunciei ... Cinco minutos depois estava lá a bateria (risos). Eu denunciei pro Brasil, aí um cara disse assim: Ih, o Pamplona vai ser preso!! Aí um coronel amigo meu que estava no Paraná pegou o avião pro Rio para me defender, se por acaso a ditadura me apanhasse ... Apanhou, mas logo no princípio. Fiquei 4 dias preso, depois me liberaram. (CRUZ, 2010: 109).

Outro episódio, em 1969, é narrado por Wellington Kirmeliene (2008) envolvendo a Império Serrano e o samba-enredo de Silas de Oliveira com *Heróis da*

Liberdade⁶⁴. De acordo com Kirmeliene, o compositor foi convidado a explicar os versos que pregavam: “É a revolução / em sua legítima razão”. Tendo elucidado que se tratava de uma referência ao movimento republicano que marcou o fim da monarquia, teria sido aconselhado a alterar este trecho para “É a evolução / em sua legítima razão”.

É possível atribuir o controle feito através de monitoramento e censura das atividades do carnaval a uma possível aproximação entre algumas agremiações e o Partido Comunista Brasileiro (GUIMARÃES, 2009), desde os anos 30, mesmo assim, enquanto território negro, a repressão mobilizada contra as escolas de samba representa capítulo importante na relação entre ditadura militar e racismo. Tamara Cruz (2010:82) destaca ainda Informação, de 29/01/1970, ao DPF-GB/DOPS-GB/CISA-RJ/CENIMAR sobre a criação de uma ala de estudantes militantes do Partido dos Trabalhadores na Portela, que resultou em averiguação policial.

De acordo com Simas (2015), o apelo pedagógico das escolas de samba sobre as massas era ponto de atenção pelo regime:

A expectativa dos militares em relação ao que as escolas de samba poderiam fazer era claríssima. Em sua edição de 13 de outubro de 1970, o Jornal do Brasil noticiava uma viagem que o presidente da Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara, Amauri Jório, fez aos poderosos de Brasília, com o intento de conseguir auxílio financeiro para as agremiações. O Planalto, segundo o jornal, teria sugerido que as escolas não desfilassem apenas com temas antigos, mas também com “assuntos que interessam ao progresso atual do país”. (SIMAS, 2015: 47)

Assim, sob a batuta atenta dos órgãos públicos de regulamentação e controle, pode-se perceber que nos anos 1960 os enredos tenderam a ser mais históricos e a tratar das lutas pela liberdade contra a escravidão, enquanto que nos anos 1970 a influência jeje-nagô passou a ser densamente explorada através de enredos de exaltação do patrimônio cultural de origem africana, muito influenciados pelos movimentos de descolonização africana. Mas, muitas escolas assumiram o papel

⁶⁴ Samba-enredo do GRES. Império Serrano, em 1969, de autoria de Silas de Oliveira: HERÓIS DA LIBERDADE : “Ô ô ô / Liberdade, Senhor,/ Passava a noite, vinha dia /O sangue do negro corria/ Dia a dia/ De lamento em lamento /De agonia em agonia/ Ele pedia/ O fim da tirania /Lá em Vila Rica /Junto ao Largo da Bica /Local da opressão /A fiel maçonaria /Com sabedoria /Deu sua decisão lá, rá, rá /Com flores e alegria veio a abolição /A Independência laureando o seu brasão /Ao longe soldados e tambores /Alunos e professores /Acompanhados de clarim /Cantavam assim: /Já raiou a liberdade /A liberdade já raiou /Esta brisa que a juventude afaga /Esta chama que o ódio não apaga pelo Universo /É a evolução em sua legítima razão /Samba, oh samba /Tem a sua primazia/ De gozar da felicidade /Samba, meu samba /Presta esta homenagem /Aos "Heróis da Liberdade"/Ô ô ô”.

desejado pelo regime, tornaram-se um eficiente veículo de difusão dos ideais ufanistas e nacionalistas. Uma Escola que encarnou muito eficientemente esse papel foi a Beija-Flor de Nilópolis⁶⁵ que em 1973 exaltou o programa educacional do governo – o Mobral: Movimento Brasileiro para a Alfabetização – com o enredo *Educação para o desenvolvimento*, tendo se superado em 1975 ao homenagear os dez anos da “Revolução Militar” com o enredo *O Grande Decênio*: “É de novo carnaval / Para o samba este é o maior prêmio / E o Beija-Flor vem exaltar/ Com galhardia o grande decênio / Do nosso Brasil que segue avante / Pelo Céu, mar e terra”.

De acordo com CRUZ (2010:50): “durante o regime militar a vigilância e censura às escolas tinham novos objetivos e intuítos: tentar manter sob controle a linguagem e os rituais que atingiam milhões de brasileiros”. Fazendo referência a prontuário arquivado no APERJ⁶⁶, para o carnaval de 1977 havia as seguintes recomendações: “Realizar buscas de informações, particularmente no período pré-carnavalesco, visando possibilitar a SSP neutralizar, no nascedouro, qualquer ação que possa comprometer a ordem e a segurança pública” além de “Policiar os locais de concentração, retirando dos desfiles elementos subversivos” (CRUZ, 2010:81).

A mesma autora, destaca os regulamentos e resoluções para os carnavais de 1977 a 1985, emanados pelo Diretor-Presidente da Riotur, em que fica estabelecido, no item 7 que os enredos devem ser encaminhados à Riotur com antecedência mínima de seis meses para liberação pela censura; no item 8 há a exigência para que os enredos tenham motivos *exclusiva e comprovadamente nacionais*; no item 9 reitera-se a necessidade de liberação dos sambas enredo pela censura, proibindo o desfile das agremiações que não tenham cumprido esse requisito.

De acordo com Tamara Cruz (2010), a documentação da polícia política sobre as escolas de samba é prioritariamente relacionada a informações sobre seus membros e diretorias, de modo a estabelecer possíveis articulações entre eles e militância de esquerda. Assim, de um lado, a necessidade de neutralizar um território com

⁶⁵ De acordo com Tamara Cruz (2010:112), a postura da escola de Nilópolis foi reconhecida pelo general Figueiredo que, por ocasião da conquista do campeonato pela escola em 1983, teria dito: “Envio a todos os componentes do GRES Beija-Flor minhas felicitações pela magnífica apresentação realizada no desfile das escolas de samba do primeiro grupo do carnaval carioca e pela vitória conquistada. A cada ano, o GRES Beija-Flor tem demonstrado, com a participação da comunidade de Nilópolis, que pode oferecer aos cariocas e aos brasileiros, via televisão, um espetáculo que valoriza a cultura e nossas tradições”.

⁶⁶ As referências indicadas por Tamara Cruz (2010) são: AECRJ- Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro. Regulamento Específico dos desfiles das escolas de samba para o carnaval de 1978. Capítulo 8. LIESA-RJ, caixa n. R-01/Regulamentos, Julho de 1977.

significativa influência “comunista”, de outro a importância de cooptar um território de aglutinação de massas (e massa negra) para apoio e propaganda do regime, as escolas de samba representaram um importante espaço de disputa ideológica no período, eivadas de histórias de resistência e assimilação, que tem muito a contribuir para a construção de uma memória mais densa e plural.

IV. “Botando o preto no branco”: sangue negro derramado na luta por Liberdade e Democracia

Depois de resgatar algumas violências estruturais sofridas por negros no período da ditadura e de destacar a preocupação dos órgãos de segurança do regime com os processos de articulação político-cultural negra capitaneadas pelas *Associações Culturais* e pelo *Movimento Black Soul*, pretende-se, nesse momento, colorir as memórias dos presos políticos engajados com projetos de esquerda (sindicalistas, pessoal da Convergência Socialista e VAR-Palmares), permitindo que as futuras gerações testemunhem mais um período da história brasileira de luta pela liberdade, construído com sangue negro.

Tendo em vista a área de atuação da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, partiu-se dos processos que foram movidos junto à Comissão Estadual de Reparação. Os dados que serão apresentados foram tabulados pelo projeto de pesquisa “*O Testemunho como Janela: O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro*”, um dos sete projetos contemplados pelo edital da FAPERJ para subsidiar os trabalhos da Comissão da Verdade do Rio, realizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Dos 473 processos que a pesquisa teve acesso, 63 tinham o atingido identificado como negro (preto ou pardo) pela repressão ou pelo próprio. Dentre eles, foram selecionados, para serem tratados com mais detalhamento, aqueles que figuram também entre os principais militantes negros (mortos ou desaparecidos) no Dossiê da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e na lista do Relatório *Perseguição à População e ao Movimento Negros*, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Assim, serão homenageadas – através dos dados constantes nos Processos movidos junto à Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro – as memórias de Dilermano Melo do Nascimento e Mariano Joaquim da Silva.

Há nos processos acessados a referência a única mulher negra, Graça Maria Martins Câmara. Graça Maria Martins Câmara e os demais negros que ingressaram com pedido de reparação (e dos quais a pesquisa teve acesso), também terão sua memória resgatada, ainda que brevemente. Foram excluídos da análise quatro casos, cujos processos não traziam informações suficientes.

Dilermano Melo do Nascimento⁶⁷

Dilermano Melo Nascimento, brasileiro, natural do estado da Paraíba, nascido em 09 de fevereiro de 1920, fez o curso de Economia no Rio de Janeiro e trabalhou na área de pesquisa. Foi preso enquanto estava no trabalho - exercia a função de Diretor da Divisão de Material do Ministério da Justiça - para responder a um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo Cel. Waldemar Turola. Foi morto num sábado, dia 15 de agosto de 1964, no intervalo do interrogatório a que estava sendo submetido no 4º andar, do próprio prédio do Ministério da Justiça.

O corpo de Dilermano entrou no IML/RJ pela Guia nº 29, da 3ª D.P.O Registro de Ocorrência nº 2046 que informava:

“...houve comunicação que às 09h20min horas, um homem havia se atirado pela janela, do 4º andar, do Ministério da Justiça, caindo no pátio interno, morrendo imediatamente. Tratava-se de Dilermano Mello do Nascimento que, desde o dia 12 último, na sala nº 05, do Serviço de Administração do dito Ministério, prestando declarações em inquéritos administrativo-policiais, presididos pelo comandante da Marinha de Guerra, José de Macedo Corrêa Pinto e pelo coronel do Exército, Waldemar Raul Turola. Hoje, quando aguardava prosseguimento do inquérito, Dilermano trancou-se na dita sala, cuja maçaneta apresentava defeito e, em seguida, projetou-se por uma janela. Com o morto, dentre outros pertences, havia um bilhete em que se lê: ‘15/08/64. Basta de tortura mental e desmoralização’, com assinatura ilegível”.

A viúva, Natália de Oliveira Nascimento, colocou em dúvida a versão policial (Diário de Notícias – RJ 11/11/1964). Segundo ela, até mesmo o bilhete seria falsificado. O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela, do 4º andar, após longo interrogatório, dirigido pelo capitão de Mar e Guerra Correia Pinto. O laudo, elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio, nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima, o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples.

⁶⁷ Procedimento nº: E-32/0193/009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Como não houve comprovação de que Dilermano esteve detido em Órgão Público do Estado do Rio de Janeiro, à unanimidade, a Comissão Especial de Reparação indeferiu o pedido de indenização pelo filho da vítima. Conforme consta do “boletim de ocorrência” 2.046, datado de 15 de agosto de 1964, lavrado pelo escrivão Victor Luiz Souza Praça, Dilermano Melo Nascimento foi preso nas dependências do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro, antiga Cidade da Guanabara, sob a guarda direta da Polícia Militar do ex-Estado da Guanabara. Informa ainda o Boletim que Dilermano estava sob a vigilância de Wilson Ferreira Carneiro, PM 3688, do 4º Batalhão da Polícia Militar, comandado pelo tenente Helcio de Azevedo Sucupira, do mesmo Batalhão, sendo a ocorrência comunicada pelo sargento Joel Bento Dias. Foi assassinado no dia 15 de agosto de 1964, nessa cidade.

Mariano Joaquim da Silva⁶⁸

Mariano Joaquim da Silva, lavrador e sapateiro, nasceu em 02 de maio de 1930 em Timbaúba- Perbambuco. Mariano foi secretário do Sindicato Rural de Timbaúba, Pernambuco, eleito em 1961, e membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas.

Segundo dados do processo, Mariano foi preso em Timbaúba em 28 de outubro de 1954, por “atividade subversiva”, sendo liberado no dia seguinte. Ele teria sido preso novamente em 05 de maio de 1956. Em 1966 teve decretada sua prisão preventiva, quando passou a viver na clandestinidade.

Mariano Joaquim da Silva, saiu pela última vez de sua residência no início do mês de setembro de 1970, com destino a Recife, já na clandestinidade, pois tinha prisão preventiva decretada, por uma condenação à revelia a 10 anos de reclusão pela 11ª CJM, segundo relatório do Ministério do Exército. Sua família teve informações que fora preso, logo após, na Rodoviária daquela cidade (Recife), por agentes do DOI-CODI – I Exército, no dia 1º de maio de 1971. Nas vinte e quatro horas em que permaneceu em Recife teria sido barbaramente torturado e, em seguida, transferido para “Casa da Morte”, na cidade de Petrópolis, RJ, onde se encontrou com Inês Etiene Romeu, também presa naquela Casa, declarando que ali chegara no dia 02 de maio proveniente de Recife onde fora preso e torturado.

⁶⁸ Procedimento nº: E-32/0631/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Na Casa da Morte foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber, permanecendo naquele local até o dia 31 de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Ouvida pela Justiça Militar, no Rio de Janeiro, em 1972, Inês Etiene Romeu declarou que esteve presa 100 dias em cárcere privado no mesmo lugar. Dez anos depois, já em liberdade, Inês entregou à imprensa minucioso relato das circunstâncias de sua prisão e do local, onde estivera presa em Petrópolis. A mesma afirmou ter visto e falado várias vezes com Mariano, cognominado Loyola, com quem foi acareada, afirmando ter tido contato até o dia 31 de maio, quando na madrugada ouviu movimentação estranha e percebeu que Mariano estava sendo removido, sendo informada que o mesmo foi transferido para o Quartel do Exército. Soube através do torturador conhecido como Dr. Teixeira que Mariano teria sido executado por pertencer ao comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo. Seu corpo foi dividido em várias partes e ocultado em lugar desconhecido.

Em documento do Ministério do Exército, Q.G., 2ª Seção, do estado de São Paulo, de 18 de agosto de 1970, constava no assunto “atividades de elemento subversivo” a descrição de Mariano Joaquim de da Silva (também conhecido como Hélio ou Élio Ferreira Rêgo), vulgo Loyola e também tinha pseudônimos de Xavier ou Armando. Mariano foi considerado elemento importante da VAR/Palmares, espécie de tesoureiro-estafeta entre Sul e Norte do país, sempre conduzindo grande quantidade de dinheiro para distribuir aos integrantes dos aparelhos da organização.

Segundo notícia do jornal O Estado de São Paulo, de 08 de novembro de 1978, o nome de Mariano Joaquim da Silva foi relacionado numa lista apresentada pelo Congresso Brasileiro que continha mais de 39 vítimas da repressão nos últimos dez anos. O jornal relatou que Mariano foi morto sob tortura, em dezembro de 1971, no Rio de Janeiro.

Graça Maria Martins Câmara⁶⁹

Nascida em 07/06/1948 em São Luís-MA, era costureira e morava no bairro Bento Ribeiro no município do Rio de Janeiro. Foi presa em 03/12/1971 no Presídio Feminino São Judas Tadeu - Centro (RJ) e solta em 25/01/1972. Consta que sofreu torturas psicológicas.

Em 1973 teria passado pela Polícia do Exército - DOI/CODI - Tijuca (RJ), na Rua Barão de Mesquita, sofrendo torturas físicas e psicológicas. Foi acusada de participar

⁶⁹ Processo E32/0114/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

do Grupo de Jovens Oswaldo Cruz (GRUJOC), Movimento Religioso de Oswaldo Cruz (RJ) e de ser integrante da VAR-Palmares, responsável pela panfletagem de cartazes subversivos.

Abdias José dos Santos⁷⁰

Nascido em 14/06/1932, em Alagoas. Morador do Morro de São Carlos (RJ). Carpinteiro.

Teria ficado preso entre 12/03/1969 a 26/03/1969, inicialmente no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) - Centro (RJ), depois transferido para o Xadrez da 31ª Delegacia Distrital do Rio de Janeiro. Consta que sofreu torturas físicas e psicológicas, incluindo ameaças e simulações de fuzilamento. Após a primeira prisão, para preservar, sua segurança e integridade física, viveu clandestinamente em Salvador, BA, de 1969 a 1973.

Acusação: militância sindical junto ao Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro, quando empregado da Cia Auxiliar de Construção e Reparos Navais (CACREN). Essa militância consistia em auxiliar o delegado dentro da empresa, distribuição de boletins e arrecadação de recursos para o sindicato. Frequentou a reuniões do Centro Social de Defesa dos Moradores do Morro de São Carlos, onde morava, e se tornou presidente desta associação de moradores. Militante da Ação Popular, compareceu a uma reunião em agosto de 1969 no Colégio Sion. Comunista.

Alcino Silvestre Salasar⁷¹

Nascido em 25/03/1933 em Minas Gerais. Trabalhava na Fábrica Nacional de Motores (FNM). Documento da Secretaria de Segurança Pública – Boletim de Preso - indica que ele era serralheiro, mas o documento da FIAT de 1987 comprava que ele trabalhou na FNM de 01/1954 até 12/1968 como soldador elétrico.

Teria sido preso de 09/04/1964 a 17/04/1964. O documento da Secretaria de Segurança Pública – Boletim de Preso - indica que seu destino foi o DPS. No depoimento de Nilson Venâncio, apresentado pelo requerente, há indicação de que ele esteve preso no DOPS – Niterói.

Acusações: agitador da FNM, assinou pela legalização do PCB, exerceu função de tesoureiro da Delegacia Sindical da FNM, liderou a greve provocada pelo caso das chapas, fez parte da comissão que apoiou integralmente os amotinados da Cidade das Meninas e foi demitido da FNM atingido pelo AI-1. No depoimento, Nilson Venâncio diz que: "Trabalharam juntos na Fábrica Nacional de Motores e que ambos eram militantes do PCB. Foi preso e incomunicável em abril de 1964, no interior da Fábrica Nacional de Motores. Que soube através do partido, da prisão e das torturas sofridas pelo requerente, principalmente no DOPS de Niterói".

Allan Kardec I. dos Reis⁷²

Nascido em 31/10/1931 em Três Rios-RJ. Morador de Três Rios (RJ). Comerciário. Cooperativa dos Rodoviários do DNER .

Preso em 15/06/1964 na Delegacia Policial de Três Rios (RJ). Relata torturas físicas e psicológicas. A viúva do requerente, afirma que ele ficou foragido por dois meses antes de ser preso.

Acusação: comunista.

⁷⁰ Processo E32/0135/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷¹ Processo E32/0021/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷² Processo E32/0775/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Antonio Climaco Filho⁷³

Nascido em 01/12/1935 na Bahia. Morador da Ilha do Governador (RJ). Ex-militar, a documentação da repressão expõe que Antonio Filho foi expulso da marinha.

Ficou preso entre 24/11/1964 e 02/12/1964 no DOPS-rua da Relação. Consta tortura psicológica e moral. Entre os dias 20 e 22 de setembro de 1967 foi novamente preso e encaminhado ao DOPS. O requerente alega que o cabo do exército, Cleyton Jose Gomes da Silva, praticou estupro contra a sua filha, Fátima Roseane dos Santos Climaco. Quando o requerente saiu da primeira prisão e voltou para casa passou a ser tratado pela esposa como "subversivo". Foi preso pela segunda vez porque sua esposa o denunciou como "subversivo". Na ocasião, foi acusado de atividades subversivas.

Antonio de Oliveira⁷⁴

Nascido em 11/07/1930, em Minas Gerais. Morador do Município de São João de Meriti (RJ). Estampador, trabalhava na Estamparia Metalúrgica Victória S/A - Rio de Janeiro (RJ). Foi aluno da Faculdade Nacional de Filosofia por volta do ano de 1967. Foi preso em 10/09/1969 pelo Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro – DOPS, levado para DOI-CODI- RJ rua Barão de Mesquita bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

Não foi possível identificar a data de soltura. Em 21/10/1970 foi levado ao Xadrez especial (não se sabe se no DOPS ou na Polícia do Exército), depois transferido para o Presídio Hélio Gomes (em Ilha Grande). Teve inúmeras detenções ao longo dos anos 1960 e 70.

Acusações: Subversão, Terrorismo. Envolvimento com o PCB, Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro, Movimento Camponês. Possuía rádio clandestina e mantinha ligação com a União Camponesa de Austin (RJ).

Antonio Ramiro da Silva⁷⁵

Nascido em 28/03/1926, em Santa Maria Madalena-RJ. Morador do Município de São Gonçalo (RJ).

Teria sido preso em 07/04/1964 no Ministério da Marinha, depois transferido para xadrez do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Presídio e, por fim, para o Centro de Armamento da Marinha (CAM) – Niterói.

Acusação: Atividade Sindical (envolvimento com o Sindicato dos Operários Navais e Movimento Operário), Comissão de Solidariedade aos Camponeses, frequentador assíduo do S.O.N., eleitor do PCB, comunista. Página de Jornal sem data e nome. Há um documento do setor "Ficha Verde" que acusa o atingido de signatário no "APÊLO DE ESTOCOLMO", que exigia a proibição da bomba atômica, em 20/08/1950. No mesmo documento, em junho de 1951, segundo "A voz operária", ele fazia parte da diretoria da Liga Camponesa da Fazenda do Pontal, em Goiás.

Aristótelis de Miranda Mello⁷⁶

Nascido em 09/10/1911 em Macaé-RJ. Ferroviário, trabalhava na Rede Ferroviária Federal (RRFSA)/ Estrada de Ferro Leopoldina.

De acordo com as fontes da repressão, entre 1948 e 1961, o atingido foi detido diversas vezes no DOPS-RJ (Niterói), sob as acusações de organizar movimentos

⁷³ Processo E32/0509/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷⁴ Processo E32/0362/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷⁵ Processo E32/0098/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷⁶ Processo E32/0568/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

grevistas e de promover depredações patrimoniais. Em fevereiro de 1964, foi eleito deputado estadual pelo PTB, cujo mandato foi cassado em 09/04/1964.

Acusado de atividades subversivas; comunismo; agitação política; sabotagem; organização de greves; defesa parlamentar pela Reforma Agrária; apoio à Cuba. Vinculação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Rio de Janeiro.

Em junho de 1964 recebeu salvo-conduto para asilar-se na Bolívia, em seguida asilou-se no Uruguai. Em 1965, retornou clandestinamente ao Brasil. Retomou a militância política na cidade de Macaé (RJ), onde teria buscado influência entre lavradores, pescadores e o operariado local, a fim de recrutar adeptos para o PCB. A partir de 1974, engajou-se nas campanhas eleitorais de candidatos do MDB, entre eles Modesto da Silveira e Alves de Brito. Em 1975, teve a prisão decretada, mas não foi detido. No processo, consta vasta documentação produzida pelos agentes da repressão, comprovando que o atingido foi ostensivamente monitorado no período entre 1948 e 1979.

Benedito Rosa De Almeida⁷⁷

Nascido em 15/11/1936 no Rio de Janeiro. Morador de Realengo (RJ). Ajudante de pintor, trabalhava na Petrobrás- Reduc-Refinaria Duque de Caxias.

Ficou preso entre 10/04/1964 e 19/05/1964 no Xadrez do Dops e no Presídio.

Foi demitido da Petrobrás em 30/09/1964.

No inquérito, Benedito Rosa teria se declarado "nacionalista, defendendo a encampação das refinarias particulares, a integralização do monopólio estatal do petróleo, bem como as reformas de base" que João Goulart vinha encaminhando. Teria dito também que compareceu ao comício do dia 13 de março de 1964. Teria comparecido a uma reunião no dia primeiro de abril no refeitório da refinaria de Duque de Caxias, promovida pelas três diretorias dos sindicatos. No inquérito ainda teria dito que uma das propostas da reunião foi a de dar integral apoio ao João Goulart, que "foi aprovada, por unanimidade".

Carlos Cardoso de Almeida⁷⁸

Nascido em 01/04/1940 em Conde-BA. Militar - Sub-Oficial da Marinha do Brasil. Preso entre 05/06/1970 e 20/07/1973 no Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande). Em maio de 1964, foi expulso da Marinha.

Acusação: atividades subversivas.

Constantino Cavalcante de Melo⁷⁹

Nascido em 30/08/1926 em Irará – BA. Morador de Vaz Lobo (RJ). Contador e Professor.

Foi sargento do exército antes da profissão referida mas foi cassado. Foi admitido como professor de ensino médio no antigo Estado da Guanabara mas foi demitido em 1964. Em 1966 fez o segundo concurso e aprovado, mas foi demitido em 1968. Trabalhava como professor de contabilidade no centro da cidade do Rio de Janeiro. Atuou como militante comunista na Bahia.

Foi preso entre 14/04/1964 e 30/04/1964 no DOPS, depois transferido para Presídio, Xadrez Especial (DOPS) e outro presídio cujo nome não foi identificado.

⁷⁷ Processo E32/0454/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷⁸ Processo E32/0637/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁷⁹ Processo E32/0745/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Acusação: envolvimento com Partido Comunista Brasileiro (PCB); com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Atuou no sindicato dos professores e no sindicato dos petroleiros no Rio de Janeiro.

Dácio Lopes da Silva⁸⁰

Nascido em 21/10/1934, em Pesqueira-PE. Morador de Guadalupe (RJ). Agente de Investimentos. Na documentação da repressão aparece ora como pardo, ora como branco, mas na Secretaria de Segurança Pública, em sua Ficha Individual consta como pardo.

No requerimento, há indicação de que foi preso em 06/09/1954 por ter participado de um ato de manifestação pública e encaminhado ao DPPS, em 07/03/1956 sob acusação de colocar cartazes de propaganda subversiva e encaminhado a DPS e ainda em 09 de janeiro de 1963, consta que o requerente estava preso no DPPS. Sua prisão em 1975 teria sido causada pelas suas ligações com o PCB e Sindicatos Operários (Sindicato dos Operários Navais e dos Metalúrgicos).

Acusação: DOPS – Divisão de Informações – preso em 06/09/1954 era estudante, em 1976 é citado numa relação de elementos que fizeram curso de capacitação política em Moscou – URSS. Departamento Federal de Segurança Pública – de 07/03/1956 – sua apresentação após ser detido em Bangu colando cartazes de propaganda subversiva, assinado pelo Comissário de Serviço Romualdo Primavera. Segundo Jornal datado de 26 de junho de 1975 consta relato da prisão do requerente: “Dácio Lopes da Silva - preso às 03h30min da madrugada no dia 13 de junho de 1975, arrombada sua residência por 17 homens de metralhadoras e outras armas, levado algemados, seminu, perante a esposa e filhos, fato ocorrido em Caxias”.

Degenildo Dab Silva Pinto⁸¹

Foi preso entre 05/06/1964 e 14/07/1964 na Ilha do Mocanguê. Foi transferido para o Presídio Provisório de Neves.

Acusação: envolvimento no Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro e no Partido Comunista Brasileiro (PCB). A requerente, filha do acusado, afirma que seu pai teve participação ativa em manifestos, assembleias e greves de organizações sindicais; que seu pai sofreu perseguições e atentados (acidentes articulados), ele sempre lembrava do episódio em que seu nome foi dado como morto pelos veículos de comunicação da época, quando uma embarcação afundou na Baía de Guanabara, em razão de suspeita de explosão, que ocasionou diversas mortes, teve seu nome incluído na lista de mortos e desaparecidos, estando presente na missa de 7º dia em que seu nome foi mencionado, mas efetivamente não foi assassinado naquela ocasião.

Delacy De Alcântara⁸²

Nascido em 14/08/1929, no Rio de Janeiro. Morador de São João do Paraíso (RJ). Chefe de Manutenção da CEDAE/São João do Paraíso.

No requerimento não há menção à prisão em 64, no entanto há um boletim em anexo datado de 11/04/1964. Foi preso em 06/09/1966 na Delegacia de Cambuci/SUSIPE, relata tortura física: espancamentos, pernas, braços e costelas quebradas. A prisão teria sido decorrente de condenação a 18 meses de prisão.

⁸⁰ Processo E32/0022/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸¹ Processo E32/0835/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸² Processo E32/0222/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Acusação: atividade subversiva e atentado à Segurança Nacional. Integrante do Comando Nacionalista 58 (grupo de onze).

Edwiges José Venâncio⁸³

Nascido em 17/10/1907 em Itaperuna-RJ. Morador de Duque de Caxias (RJ).

Lavrador.

Foi preso em 16/04/1964 na Fábrica Nacional de Motores (Duque de Caxias - RJ), levado para a Polícia Central do Estado do Rio de Janeiro. Foi interrogado no Estádio Caio Martins.

Acusações: atividades subversivas. Envolvimento no Sindicato dos Pequenos Produtores Autônomos de Duque de Caxias.

Etulem Roque De Assis⁸⁴

Nascido em 21/04/1930 no Rio de Janeiro. Morador de Barros Filho (RJ). Encanador da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A.

Foi preso entre 12/08/1964 e 24/08/1964 no Xadrez Especial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Consta relatos de tortura física e psicológica.

Acusação: envolvimento no Sindicato dos Operários Navais, como Tesoureiro e 1º Secretário; participações em reuniões subversivas, ligado ao Comitê Regional Marítimo do PCB.

Eufle Da Costa Nogueira⁸⁵

Nascido em 01/08/1930, em São Gonçalo-RJ.

Ficou preso entre 02/06/1964 e 15/06/1964. Foi torturado por 5 dias e 5 noites, levou muita pancada na cabeça no DOPS, o que o levou a esquecer coisas e a perder os dentes superiores. Foi preso por mais duas vezes (entre 25/11/1965 e 29/11/1965 e outra em 29/07/1969).

Acusação: Delegado do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina (Niterói), mantém ligações com Sargentos do Exército. Participou das Ligas Camponesas de Cachoeiras de Macacú e Duque de Caxias, incitou ferroviários a invadirem terrenos da Estrada e no dia da Revolução tentou organizar reação armada, é marxista – leninista militante, punido pelo Ato Institucional (demitido da Estrada de Ferro Leopoldina). Compareceu ao DOPS/GB em 29/08/1967 solicitando visto em seu passaporte a fim de viajar, esteve envolvido em atividades na área da Leopoldina (com possíveis ligações com Demistóclides Batista), preso em 29/07/1969 por solicitação da Brigada. Codinome “Zuca”, agia no Rodo de São Gonçalo em companhia de outros líderes sindicais como dos marítimos e portuários.

Ficou exilado na Europa, foi anistiado em 1979, se aposentando como Assistente de Administração da Rede Ferroviária Federal.

Eufrasiano Nunes Galvão⁸⁶

Nascido em 06/12/1911 em Pernambuco. Morador do Rio de Janeiro, Saúde (RJ). Estivador- Cais do Porto.

Preso entre 10/04/1964 e 09/06/1964 no DOPS, depois foi levado para o Presídio Helio Gomes.

⁸³ Processo E32/0684/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸⁴ Processo E32/0094/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸⁵ Processo E32/0047/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸⁶ Processo E32/0845/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Acusação: É acusado de ser membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB); de exercer cargo de direção no Sindicato dos Estivadores do Estado da Guanabara; de participar de vários comícios subversivos. O seu filho, Augusto Cesar Sales Galvão, é acusado de integrar a Vanguarda Revolucionária Armada-Palmares (VAR-PALMARES).

Francisco de Assis⁸⁷

Nascido em 23/03/1924 no Rio de Janeiro. Morador de Mangaratiba (RJ)

Encontra-se desaparecido desde a sua prisão em 17/04/1964. Teria sido levado ao Estádio Caio Martins , à Delegacia Policial de Neves e ao Colégio Naval em Angra dos Reis.

Acusação: ativista político ligado aos movimentos dos trabalhadores rurais que lutaram contra a Ditadura Militar, acusado de agitação comunista. Declaração Judicial de Morte Presumida, por não haver certidão de óbito

Francisco Feliciano Da Silva⁸⁸

Nascido em 17/02/1934 no Rio Grande do Norte. Morador de Caxias (RJ).

A data de sua prisão e seu local de detenção não estão bem definidas no processo. No documento enviado pelo requerente escrito pela Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas há indicação que no documento do DOPS existe uma anotação referente a sua prisão no dia 25/04/1964 e uma passagem do documento da Secretaria de Segurança Pública indicando seu recolhimento na Internada de Olaria, mas no seu Prontuário da Secretaria de Segurança Pública há indicação de seu recolhimento na Internada de Olaria no dia 11/04/1964. DOPS – Ficha Individual – Prisão ou Detenção – preso na Av. Plínio Casado, pelas autoridades daquele município para averiguações subversivas, por um soldado da DP.

Hélio Da Silva⁸⁹

Nascido em 29/11/1945 no Rio de Janeiro. Motorista da Companhia de Transporte Coletivos (CTC).

Foi preso em 01/05/1971 na Rua Teodoro da Silva (Vila Isabel - RJ) por panfletagem, material de teor subversivos (armas foram encontrados na sua residência) e levado ao Xadrez especial do DOPS, foi levado ao DOI-CODI e ao CENIMAR. Em 08/07/1971 estaria em liberdade.

Acusação: distribuição de panfletos subversivos e de ser membro da União da Juventude Patriótica (UJP), uma infraestrutura do Partido Comunista do Brasil, que atuava junto às fábricas, aliciando operários para composição de seus quadros e formação de líderes no local de trabalho. Segundo Hélio não exercia atividades da UJP, apenas guardava o material de propaganda subversiva em sua casa, foi preso junto com o Orlando Pereira de Freitas.

Hernande Prudêncio⁹⁰

Nascido em 23/11/1909 no Rio de Janeiro. Ferroviário da Estrada de Ferro Leopoldina.

Em junho de 1964 recebeu um telefonema para comparecer ao Policiamento da Barão de Mauá, setor de policiamento da Estrada de Ferro Leopoldina. Chegando lá foi

⁸⁷ Processo E32/0806/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸⁸ Processo E32/0025/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁸⁹ Processo E32/0033/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹⁰ Processo E32/0018/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

encaminhado por agentes da ferrovia ao DOPS, onde ficou preso por 20 dias, entre interrogatórios e torturas psicológicas.

Acusação: ter participado de todas as greves que ocorreram na Estrada de Ferro Leopoldina. Recebeu ferros, que estavam com medo de serem presos, após a greve do dia 02/04 em sua casa a pedido do ferroviário Ubirahy Francisco Gonçalves.

Hordene Nascimento⁹¹

Nascido em 20/06/1936 no Rio de Janeiro. Morador de Lins de Vasconcelos (RJ).

Artífice-Pintor, trabalhava na Rede Regional - Estrada de Ferro Leopoldina (Triagem).

Ficou preso entre 27/05/1964 a 12/06/1964, no Xadrez Especial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Acusado de participar do movimento armado da Leopoldina.

Ivo Alves de Souza⁹²

Nascido em 02/11/1930, na Paraíba. Morador do Município de Duque de Caxias (RJ). Pintor, vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Ficou preso entre 21/10/1970 a 15/02/1971, inicialmente no Xadrez Especial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tendo sido posteriormente transferido para o Presídio Hélio Gomes.

Acusação: Comunista, discursava contra o governo, os militares, a Polícia e o Exército em uma Conferência dos Metalúrgicos.

Jesus da Luz dos Reis⁹³

Nascido em 09/07/1933, em Ubá-MG. Morador de Engenho de Dentro (RJ). Operário Naval da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A.

Foi preso entre 12/08/1964 e 24/08/1964 no DOPS.

Acusação: envolvimento no movimento subversivo e com atividade de militante comunista

João Cabral⁹⁴

Nascido em 26/12/1935 em Macaé-RJ. Morador de Macaé (RJ). Ferroviário. O requerente afirma que foi preso nas oficinas de Imbitiba em Macaé (RJ), levado para a Delegacia de Macaé, posteriormente sendo transferido para o Ipiranga Futebol Clube, permanecendo preso por 15 dias. Não há as datas de sua prisão no processo.

Acusação: responsável pela organização de diversos grupos de agitação, reuniões e passeatas políticas do Partido Comunista, militante e sabotador.

João Candido De Silva Júnior⁹⁵

Nascido em 20/09/1927, no Rio de Janeiro. Morador da Vila Portuária, no Rio de Janeiro (RJ). Torneiro Mecânico, trabalhava na administração do Porto do Rio de Janeiro.

Ficou preso entre 26/04/1964 a 10/10/1964, inicialmente no DOPS, sendo transferido para o Presídio Lemos Brito. Consta que sofreu tortura física e psicológica.

Acusação: Atividade subversiva, envolvimento na União dos Portuários do Brasil-RJ.

⁹¹ Processo E32/0126/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹² Processo E32/0130/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹³ Processo E32/0087/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹⁴ Processo E32/0761/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹⁵ Processo E32/0176/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Jonas Soares⁹⁶

Nascido em 07/07/1938, no Rio de Janeiro. Morador do Município de Duque de Caxias (RJ). Vendedor.

Foi preso em 04/10/1968 em local não identificado suficientemente (No Processo consta que o local de aprisionamento foi em Caxias, referenciado por “Xadrez” e “cubículo 16”).

Em 30/06/1973 teria sido levado para o Ministério da Aeronáutica.

Acusação: Subversão, porte de carteira falsa, implicado no "MOVIMENTO CONTRA REVOLUCIONÁRIO" de Duque de Caxias. Militou no PCB, no PC do B e no DVP. Tinha planos de sabotar o Governo Castelo Branco.

Jorge Galvão Dos Santos⁹⁷

Nascido em 15/11/1926 em Alagoas. Morador do Município de São Gonçalo (RJ). Agente de Administração -Marinha (RJ).

Foi preso em 03/04/1964 inicialmente no Arsenal da Marinha, passando pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) - Centro (RJ) Rua da Relação, pelo Navio Princesa Leopoldina (Ancorado no cais da Escola Naval), pelo Navio Costódio de Melo, pelo Presídio Milton Dias Moreira. Há relatos de torturas físicas e psicológicas.

Acusação: Subversivo.

José Aguinaldo Marinho⁹⁸

Nascido em 25/12/1934, em Palmacia-CE.

Era Militar (Suboficial), Corpo do pessoal Subalterno da Armada – Marinha. Foi expulso do Serviço Ativo da Marinha por ter sido indiciado no inquérito policial que apurou as ocorrências dos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos do antigo Estado da Guanabara.

Teria ficado preso entre 08/03/1971 e 18/12/1973. Inicialmente na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (SUSIPE), depois transferido para Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) - Ilha Grande.

Acusações: Crimes políticos, julgado prejudicial à ordem pública e à disciplina militar. Comunista. Acusado de praticar sabotagens nos canhões e nas máquinas no Navio Oceanográfico Bauru, pertencente a AÇÃO POPULAR ou GRUPO DE 5.

José Alves Damasceno⁹⁹

Nascido em 08/02/1937 na Bahia, morador de Campos Elíseos, Caxias (RJ). Soldador, trabalhava na Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A.

Preso entre 17/08/1964 a 21/08/1964 no Xadrez Especial do DOPS .

Acusação: Envolvimento com o PCB e Sindicato dos Operários Navais. DOPS – Ficha Individual – Prisão ou Detenção – apresentou-se espontaneamente, implicado na subversão da Ishikawajima. Em 1963 ingressou no Sindicato dos Operários Navais na qualidade de associado, passando a frequentar algumas assembleias, participou de todas as greves que eclodiram naquele estabelecimento, no mesmo ano aceitou o convite do Sub Delegado do Sindicato (Edivaldo) para ingressar no Partido Comunista, estruturado no Organismo de Base do CASCO da Ishikawajima, onde

⁹⁶ Processo E32/0085/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹⁷ Processo E32/0127/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹⁸ Processo E32/0107/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

⁹⁹ Processo E32/0023/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

assumiu o cargo de Tesoureiro. As reuniões de tal Organismo se davam na sede do jornal comunista “Orla Marítima”. Frequentou o curso básico do Partido Comunista que era na sede do “Orla Marítima”, participou como delegado da Conferência da Assembleia do Comitê da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A.

José Carlos Cabral¹⁰⁰

Nascido em 15/03/1939, no Rio de Janeiro. Ferroviário na cidade de Macaé (RJ).

Foi preso em maio de 1964 no Ginásio do Ypiranga Futebol Clube.

Acusação: Atuação política partidária, sindical e Estudantil junto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Movimento Operário de Macaé (RJ).

José da Conceição Dantas¹⁰¹

Nascido em 09/04/1936 na Bahia. Morador do Município de Nova Iguaçu (RJ). Militar - Sub-Oficial da Marinha/ Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Foi preso entre 29/06/1964 e 20/08/1974; passou pelo DOPS (Rua da Relação), pela Delegacia de Vigilância do Rio de Janeiro e Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande).

Em maio de 1964, foi expulso da Marinha.

Acusação: atividades subversivas; ameaça à ordem pública e à disciplina militar; participação em atividades político-partidárias atentatórias à ordem e às instituições. Participação na Rebelião dos Sargentos de Brasília (setembro, 1963).

José Ferreira Lima Filho¹⁰²

Nascido em 07/11/1946, no Rio de Janeiro. Morador de Oswaldo Cruz (RJ).

Engenheiro mecânico da Volkswagen do Brasil - São Bernardo do Campo (SP).

Ficou preso entre 09/12/1971 e 25/01/1972 na Delegacia de Ordem Política e Social. Consta que sofreu torturas físicas e psicológicas, além de constrangimentos.

Acusação: Liderar uma "célula subversiva" chamada GRUJOC (Grupo de Jovens de Oswaldo Cruz), terrorista, traficante de drogas, tendo em seu poder livros e publicações de caráter subversivo e que colocavam em risco a segurança nacional.

José Gomes Teixeira¹⁰³

Nascido em 20/03/1928, em Alagoas. Morador do Rio de Janeiro (RJ).

Teria ficado preso nos dias 17 e 18 e junho de 1965 no DOPS e em 03/05/1971 no Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A viúva afirma no requerimento que o atingido foi torturado até a morte.

Acusações: assalto à Kombi do Moinho da Luz, assalto ao Supermercado Ideal, assalto ao Supermercado Mercí, assalto ao Supermercado Peg-Pag. Vinculação com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

José Lima De Souza¹⁰⁴

Nascido em 20/05/1922 no Rio de Janeiro. Morador do Município de São Gonçalo (RJ). Soldador do Arsenal da Marinha.

Foi preso para averiguações em 07/04/1964 no Xadrez especial, depois levado ao Arsenal da Marinha –RJ. No requerimento é dito que foi solto em 11/04/1964 quando

¹⁰⁰ Processo E32/0764/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰¹ Processo E32/0582/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰² Processo E32/0142/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰³ Processo E32/0217/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰⁴ Processo E32/0036/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

encaminhado ao AMRJ, mas na documentação da repressão é dito que em 11/04/1964 foi removido para o presídio e em 06/05/1964 foi encaminhado ao AMRJ. Na documentação da repressão há indicação de que seu local de prisão foi o Arsenal da Marinha. Consta que sofreu tortura física e psicológica.

Na documentação da repressão há indicação de que Castelo Branco através de Ato Institucional demitiu e aposentou funcionários da Marinha, dentre eles José Lima de Souza.

José Monteiro Da Silva¹⁰⁵

Nascido em 10/03/1942, em Pernambuco. Militar, integrava os quadros da marinha. Ficou preso entre 03/04/1972 e 20/09/1974 no Presídio Cândido Mendes. Condenado a cinco anos e um mês de reclusão. Posteriormente a pena foi sendo reduzida até chegar à dois anos e oito meses.

Acusação: Comunista, vinculado ao PCB, enquadrado na lei de segurança nacional. Foi expulso da marinha sob o argumento de ter se tornado prejudicial à ordem pública e a disciplina militar.

José Moura¹⁰⁶

Nascido em 30/04/1926, no Rio de Janeiro. Morador do Município de Niterói (RJ). Maçariqueiro da Cia Mecânica de Operações Navais/RJ.

Foi preso em 20/07/1964 no Presídio de Neves. Depois foi transferido para o DOPS/GB da Rua Frei Caneca, para o Iate Clube, retornou ao Presídio de Neves. Relatou tortura física e psicológica: privação de alimentação e de condições de higiene.

Acusação: Subversivo.

Josias Nunes de A. Santos¹⁰⁷

Nascido em 26/02/1928 no Pará. Morador de Botafogo (RJ). Aeronauta.

Ficou preso entre 14/11/1964 e 08/01/1965, inicialmente no Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro – DOPS, transferido depois para o DOI-CODI- RJ da Barão de Mesquita. Foi várias vezes prestar depoimento no DOPS e DOI-CODI.

Acusação: envolvimento com Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e Movimento Sindical do Rio de Janeiro. Subversão.

Laurides Barbosa Reis¹⁰⁸

Nascido em 09/06/1924, em Ubá- MG. Morador de Petrópolis (RJ). Ferroviário, trabalhava na Estrada de Ferro Leopoldina - Petrópolis (RJ), exercia a função de ajudante de maquinista.

Foi preso em 22/04/1964 na Delegacia de polícia de Petrópolis para averiguação de ideologia.

Acusação: Comunista, vinculado ao Sindicato dos ferroviários. Organização de base dos ferroviários. Participava de reuniões no sindicato cujo os assuntos eram: reforma agrária, organizações de base e político partidário. Este sindicato mantinha ligações com a CGT. Acusado de tentar reorganizar o extinto PCB em Petrópolis.

¹⁰⁵ Processo E32/0247/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰⁶ Processo E32/0208/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰⁷ Processo E32/0363/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹⁰⁸ Processo E32/0253/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Manoel Henrique Ferreira¹⁰⁹

Nascido em 21/05/1949, em Uberlândia-MG. Morador do Rio de Janeiro (RJ). Bancário, vinculado ao Banco Francês Brasileiro (atual Itaú). O requerente afirma ter vivido na clandestinidade antes de ser preso, mas não informa precisamente a data. Foi preso entre 07/05/1971 e 08/11/1979, no DOPS/GB, sendo transferido para as Dependências da F.A.B e depois para o Presídio Milton Dias Moreira. Relata tortura. Acusação: Resistência ao regime militar, assalto a estabelecimentos comerciais com fins políticos, assalto a banco, sequestro do embaixador suíço, terrorismo e subversão. Vinculado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Manoel João Da Silva¹¹⁰

Nascido em 10/06/1895 em Piraí-RJ. Morador de Três Rios (RJ). Carpinteiro. Foi preso em 30/05/1964 na Delegacia de Polícia de Três Rios e depois em 03/09/1977 no Batalhão de Polícia do Exército. Alega ter sofrido torturas físicas e psicológicas. Acusação: o atingido tem um longo histórico de militância, provavelmente comunista. Atividades subversivas. Envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Mário Coutinho¹¹¹

Nascido em 26/01/1934, em Niterói-RJ. Morador do Município de São Gonçalo (RJ). Carpinteiro naval da Cia Comércio e Navegação - Estaleiro Mauá. Ficou preso entre 08/04/1964 e 21/05/1964 no Centro de Armamento da Marinha, depois no Estádio Caio Martins - Niterói, passou pelo Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro – DOPS. Consta tortura Psicológica. Acusação: envolvimento no Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro, no Movimento Operário de Niterói, participação em greves e apoio a outros sindicatos da região. Subversão.

Mário Gorgonha¹¹²

Nascido em 07/11/1927 no Espírito Santo. Morador do Município de Duque de Caxias (RJ). Lavrador. Ficou preso entre 16/04/1964 e 04/06/1964 no DOPS. A requerente, viúva do acusado, afirma que após a soltura de seu marido, este ficou por cerca de dois anos sem conseguir um emprego fixo, trazendo problemas financeiros para a família. Acusação: Comunista; é acusado de ser Presidente da Associação dos Sindicatos de São Lourenço e de atividades subversivas no meio camponês.

Maurilo Chagas¹¹³

Nascido em 14/04/1934 no Rio de Janeiro. Morador do Município de São Gonçalo (RJ). Maçariqueiro da CIA Comércio e Navegação - Estaleiro Mauá (RJ).

¹⁰⁹ Processo E32/0202/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹⁰ Processo E32/0785/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹¹ Processo E32/0353/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹² Processo E32/0844/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹³ Processo E32/0168/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Ficou preso entre 05/08/1964 e 10/09/1964 para averiguações no Presídio de Neves (SG) por responder a Inquérito Policial Militar. Há relatos de tortura física e psicológica.

Acusação: atuação junto ao Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro.

Milton Barbosa Santos¹¹⁴

Nascido em 12/03/1924 , na Bahia. Morador do Rio de Janeiro (RJ). Aposentado.

Foi preso em 05/07/1975 no DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita, tendo sido transferido para DOPS/GB e, em seguida para o Instituto Penal Esmeraldino Bandeira. Consta que sofreu tortura física e psicológica. O requerente foi preso e cumpriu dois anos de reclusão por condenação em Inquérito Policial Militar.

Acusação: envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Subversão e comunismo.

Nilson Venâncio¹¹⁵

Nascido em 03/05/1937 em Itaperuna- RJ. Morador de Xerém, no Município de Duque de Caxias (RJ). Lavrador.

Foi preso em 17/07/1964 no Quartel do 6º Batalhão. Consta relatos de torturas físicas e psicológicas. A segunda prisão foi de 09/06/1965 a 20/07/1965 pela 1ª Companhia da Polícia do Exército e apresentado ao delegado do DOPS. Na terceira prisão, de 16/10/1971 a 01/03/1979 passou pelo DOPS, Instituto Penal Tavarela Bruce e Instituto Penal Esmeraldino Bandeira. Há relatos de torturas físicas e psicológicas.

Acusação: vinculação ao núcleo FNM; ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); ao Grupo Político Militar da Guanabara (GPM/GB); ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); ao Partido dos Trabalhadores (PT/RJ). Codinome P2.

Oberland Silva¹¹⁶

Nascido em 05/10/1924, em Macaé -RJ . Morador de Macaé (RJ). Ferroviário.

Preso entre 22/05/1964 e 03/06/1964 na Delegacia de Polícia de Macaé. O relatório da comissão de Reparação fala em torturas físicas e psicológicas, enquanto o atingido fala de invasão violenta de sua residência e perseguições no trabalho que afetaram sua família.

Acusação: militância junto ao movimento operário dos ferroviários em Macaé, embora não haja nenhuma identificação a esse respeito. Subversão. Teve seu nome relacionado no DOPS no ano de 1949 devido a informação de que a Caixa Econômica Federal em Macaé iria fechar. Não chegou a ser preso.

Oswaldo José Vicente¹¹⁷

Nascido em 30/05/1920 em Campos dos Goytacazes- RJ. Morador de Niterói (RJ). Comerciante.

Foi preso em 10/10/1964 no DOPS/RJ. Há relatos de tortura física e psicológica: ameaças e simulações de fuzilamento.

Acusações: envolvimento no Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro e no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Atividade subversiva e agitação (Setor de agitação e Comissão de Massas do Partido Comunista Brasileiro do PCB).

¹¹⁴ Processo E32/0189/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹⁵ Processo E32/0380/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹⁶ Processo E32/0338/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹⁷ Processo E32/0207/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Pedro Tomaz¹¹⁸

Nascido em 10/07/1927 no Rio de Janeiro. Ferroviário, da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) - Rio de Janeiro.

Foi preso em junho de 1964 no Ypiranga Futebol Clube de Macaé (RJ). Alega ter sofrido tortura psicológica.

Acusação: participação em movimento sindical e estudantil, envolvimento no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Quinidio Eugênio Alves¹¹⁹

Nascido em 13/02/1917, no Rio de Janeiro. Morador do Município de São Gonçalo (RJ). Artífice de Estaleiro de Obra e Metalurgia, vinculado ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.

O atingido esteve preso no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, mas não é possível precisar a data da prisão, há indícios de que tenha ocorrido antes de ser encaminhado ao DOPS/RJ. Entre 07/04/1964 e 06/05/1964 ficou preso no Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro – DOPS, no Presídio Frei Caneca (RJ).

Acusação: vinculação ao Sindicato dos Operários Navais (RJ), Movimento Operário do Rio de Janeiro e resistência ao golpe em 1964.

Telines Basílio do Nascimento¹²⁰

Nascido em 05/10/1926, em Bom Jesus de Itabapoana –RJ. Morador de Queimados (RJ). Comerciante e Inspetor de ensino da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Teria sido preso em 13/04/1964 no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) -Niterói/RJ, transferido para o Estádio Caio Martins. Consta que foi torturado física e psicologicamente.

Foi candidato a vereador algumas vezes, pelo Partido Comunista. Foi acusado de atividades subversivas.

Uirtiz Sérvulo da Silva¹²¹

Nascido em 05/09/1948 no Rio de Janeiro. Morador de Bento Ribeiro (RJ). Engenheiro.

Foi preso entre 31/05/1975 e 13/02/1976 no DOPS (Rua da Relação), Presídio Helio Gomes (Rua Frei Caneca). Relata torturas físicas e psicológicas.

Acusações: atividades subversivas; comunismo.

Valdir Reis Costa¹²²

Nascido em 23/08/1942 em Alagoas. Fuzileiro Naval (RJ).

Preso em 24/06/1966 no Batalhão de Guarda, foi transferido para o Presídio Naval, depois para Ilha das Flores, para o Presídio do Alto da Boa Vista, por fim, para o Presídio da Frei Caneca. Foi expulso do serviço ativo da Marinha.

Acusação: aderiu a revolta dos marinheiros que teriam de reprimir a sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Walter Batista Dos Santos¹²³

¹¹⁸ Processo E32/0587/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹¹⁹ Processo E32/0348/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹²⁰ Processo E32/0117/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹²¹ Processo E32/0615/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹²² Processo E32/0825/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Nascido em 23/08/1940 em São Gonçalo – RJ. Morador do Município de São Gonçalo (RJ). Eletricista, trabalhava na Eletrovapo.

Ficou preso entre abril e junho de 1964, inicialmente no Centro de Armamento da Marinha –CAM, depois passou pelo Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro - DOPS/Niterói, pelo Estádio Caio Martins e voltou para o Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro - DOPS/Niterói. Alega que sofreu humilhações, constrangimentos e consequentes traumas causados pelas prisões e detenções que lhe afetam a saúde até hoje.

Acusação: foi Delegado do Sindicato dos Operários Navais do E. Rio de Janeiro, participou do Movimento Operário no Rio de Janeiro/ Niterói, Resistiu ao golpe em 1964. Comunista. Clube dos Onze.

Walter Machado¹²⁴

Nascido em 28/05/1925 no Rio de Janeiro. Morador do Município de Niterói (RJ). Torneiro da Cia Comércio e Navegação - Estaleiro Mauá.

Ficou preso entre 08/04/1964 e 21/05/1964 no Centro de Armamento da Marinha, depois foi transferido para o Estádio Caio Martins e para o Departamento de Polícia Política Social do Rio de Janeiro – DOPS.

Acusação: Comunismo. Envolvimento com o Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e com o Movimento Operário do Rio de Janeiro/ Niterói.

Zaqueu José Bento¹²⁵

Nasceu em 01/01/1942 no Rio de Janeiro. Era morador da Cruzada São Sebastião Bloco B – apt. 513, Leblon (RJ). Servidor Público Estadual/marceneiro.

Foi preso em 07/05/1971. Sua esposa informa que ele foi condenado e cumpriu pena de 9 anos até a anistia, que permaneceu 3 anos na Ilha Grande e os últimos 3 anos no Milton Dias Moreira, na Frei Caneca, onde participou da histórica greve de fome de 1979.

Acusação: envolvimento com o PCB e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Sua esposa diz que ele começou a militar na adolescência, na extinta favela Praia do Pinto na Lagoa. Entrou para o PCB e depois para o MR-8, onde aderiu à luta armada. De acordo com os documentos da repressão tinha o codinome "Juca" e teria participado de diversos assaltos realizados pela organização: entre eles os assaltos a Mercarias Nacionais – Supermercados Mercis, ao dinheiro de uma Kombi da firma Moinha da Luz S/A, a distribuidora Vitória de produtos alimentícios, a Casas da Banha Comércio e Indústria S/A, ao Supermercado Ideal e a distribuidora Copa Leme de produtos alimentícios.

Conforme indicado anteriormente, a amostra de violações de direitos humanos acima retratada partiu do levantamento sobre processos movidos junto à Comissão Estadual de Reparação feito pela pesquisa *“O Testemunho como Janela: O Perfil dos Atingidos e a Estrutura Repressiva do Estado Ditatorial no Rio de Janeiro a partir de*

¹²³ Processo E32/0349/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹²⁴ Processo E32/0350/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

¹²⁵ Processo E32/0049/0009/2004, Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro.

Testemunhos dados à Comissão de Reparação do Estado do Rio de Janeiro”. Do universo de 437 processos estudados, 63 deles estavam relacionados a negros.

O critério utilizado para definir a amostragem foi a identificação (pelo próprio atingido ou seus familiares, pelos documentos oficiais de identificação ou documentos internos do regime) do atingido como pardo ou preto, no mesmo sentido como operam contemporaneamente os estudos raciais. Na hipótese de divergência de informações em relação à cor do atingido, como a autodeclaração não era uma prática cogente à época, foram privilegiadas as informações fornecidas pelo regime. Isso porque, essa identificação pelo regime certamente informou o tratamento conferido ao atingido pelos seus agentes.

Há diversos relatos envolvendo tortura psíquica ou física, mas foram sinalizados no breve inventário acima 23 casos de tortura psicológica e 20 casos de tortura física, apenas os casos em que há nos processos a referência expressa à esses termos. As outras práticas que a pesquisa considera que podem ser enquadradas na noção de tortura não foram incorporadas porque demandariam o tratamento aprofundado das violências sofridas por todos os atingidos referenciados e extrapolaria os limites desse trabalho.

A maioria das prisões e demais violências ocorreu em virtude de engajamento do acusado em atividade sindical ou envolvimento com o Partido Comunista, critérios que não raras vezes foram sobrepostos. Outras “acusações” que motivaram a atuação do regime foram vinculação com entidades de esquerda (como por exemplo, VAR-Palmares, MR-8, Movimento Armado Leopoldina) ou referências abstratas à atividade subversiva, comunismo e participação em greves.

Aparecem, na amostragem, como lugares de violência mais frequentes os seguintes: DOPS (Niterói, Guanabara e Rio de Janeiro), DOI-CODI, Estádio Caio Martins, Centro de Armamento da Marinha, Ginásio Ypiranga Futebol Clube, Presídio de Ilha Grande, Arsenal Marinha e Delegacias de Polícia. Dos 59 casos relatados, em 42 as prisões e torturas ocorreram entre 1964 e 1968. Ainda que a referência aos casos tenha partido dos processos que foram movidos na Comissão Estadual de Reparação e dentre eles os que havia expressa identificação da cor do atingido (pela repressão, documentos oficiais de identificação ou pelo próprio), fazendo com que outros negros possam constar entre os Processos em que não é possível identificar a cor, fato é que é bastante expressiva a quantidade de violações de direitos humanos perpetradas pelo regime contra negros no período inicial do

Golpe. Notadamente contra aqueles que tinham algum engajamento sindical ou junto ao Partido Comunista. Se para a classe média intelectualizada branca os anos de chumbo começam com o AI-5 em 1968, para a *negrada* – como de costume – a expropriação de seus corpos e liberdade pelos órgãos de segurança do Estado começaram a partir de 1º de abril de 1964.

V. Conclusões

O principal objetivo desta investigação foi resgatar as principais medidas do regime militar contra negros e negras. Conforme sinalizado no início deste relatório, a ideia é fazer com que se conheça e se reproduza episódios da história brasileira, usando o aspecto racial como lente privilegiada de análise. A intenção é retratar mais adequadamente os atores políticos envolvidos no período, na medida em que serão apresentados a partir de uma característica que não apenas os constitui identitariamente, mas os define socialmente.

Discutir a violação a direitos humanos perpetradas pelo Estado (ou com sua anuência), a partir de uma perspectiva racialmente crítica não deveria gerar atualmente grandes objeções. As demonstrações públicas de incorporação, pelas Instituições de Segurança, do legado colonial escravista foram e são extremamente evidentes. No entanto, há a necessidade de disputar essa análise nos processos atuais de regate de memória e produção de história, não apenas no período da ditadura militar (1964-1985), mas também nele. Essa batalha foi perdida no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, mas continua a ser reivindicada, tendo sido exitosa na atuação da Comissão da Verdade de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, há uma maior abertura para as interpretações que ressaltam as violências estruturais promovidas pelos aparatos de segurança e experimentadas desproporcionalmente por negros e negras. O embate maior está em reconhecer que houve, no período estudado, violências específicas do regime com teor racista ou contra engajamento antirracismo. Diante desse desafio, optou-se por demonstrar que não há como separar violência estrutural de violência própria do regime se todo aparato repressivo estava subordinado ao comando das Forças Armadas, além de evidenciar os episódios que marcaram a atuação do regime no combate específico dos movimentos de articulação negra e de combate ao racismo. A luta antirracista foi – e assim o foi interpretada pelo regime militar – um movimento de contestação à ditadura. Colocava sob suspeita a versão de paraíso racial que os militares pretendiam

vender perante a comunidade internacional e, internamente, promoviam amplo processo de reflexão e contestação dos lugares sociais de subalternidade a que estava subsumida a população negra, os quais a ditadura militar perpetuou. Por fim, para garantir que fossem referenciadas as várias formas de resistência negra no período, foram recuperadas algumas trajetórias de militantes negros que, envolvidos com entidades de esquerda, sofreram violências físicas e psíquicas nos órgãos da Polícia Política.

Tendo o Regime Militar (1964-1985) adotado o mito da democracia racial como instrumento político-ideológico de controle, torna-se essencial que a produção de memória sobre o período não reproduza a narrativa incolor que secularmente desempodera, encobre agências e invisibiliza negros e negras dos processos políticos de resistência nesse país. A suposta neutralidade das narrativas oficiais tem servido para naturalizar concepções equivocadamente difundidas de protagonismo branco nos processos de luta por liberdade e democracia. Escolha que de um lado, apaga determinados atores políticos dos momentos históricos vivenciados e da trajetória de luta política, e de outro, expropria de seus descendentes a possibilidade de verem-se positivamente engajados nesses mesmos processos.

É preciso que o Estado brasileiro comprometa-se não apenas com a violação de direitos humanos que foi produzida em seu nome no período da ditadura militar, como também que esse comprometimento abarque todas as dimensões dessa violência. As violências físicas e psíquicas cometidas tinham como motivação oficial o combate ao comunismo e às doutrinas de esquerda que representavam ameaça à integridade nacional. No entanto, há nas práticas do regime outras motivações não enunciadas, mas que puderam ser destacadas nesse relatório. A forte carga racista das Instituições Militares/Segurança Pública e de seus agentes não pode ser negligenciada na produção de memória sobre o período, assim como o perigo gerado pela emancipação negra não poder ser desconsiderado na produção de uma contra-narrativa que pretenda romper com violências estruturais.

Lamentavelmente, destaca-se que não foi possível desenvolver, como merecido e desejado, o impacto do período militar sobre as mulheres negras. Conforme enunciado, esse recorte será objeto de reflexões futuras, mas cumpre resgatar o seu protagonismo na resistência cotidiana às prisões arbitrárias e violências contra seus familiares (como denunciado nos depoimentos de Xavante, Xaolim e Daílton Lopes) e nos processos de articulação político-cultural que ocorreram no Rio

de Janeiro, tendo sido reconhecida pelo monitoramento feito pelo regime a centralidade de Maria Beatriz Nascimento, Maria de Lourdes Vale Nascimento, Lélia Gonzalez, Neiva Moreira e Maria Regina Soares de Lima nesse engajamento. Certamente, junto com elas outras tantas mulheres negras foram fundamentais nesse processo, como fica evidenciado pela fundação da Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (REMUNEA, RJ) - grupo de estudos vinculado ao Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) em 1978; o Coletivo Luiza Mahin, em 1980; o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ) em 1983 e o “Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro” em 1985. Em nome de Graça Maria Martins Câmara pretendeu-se homenagear todas as mulheres negras que, vinculadas ou não a entidades de esquerda, dedicaram suas vidas à combater o regime. Nesse sentido, são reverenciadas as herdeiras de Luíza Mahin que, cada uma a seu modo, escreveram a duras penas mais um capítulo de luta por liberdade na história do Brasil.

Há uma lenda – a da árvore do esquecimento - que dizia que antes da travessia do Atlântico os escravos deveriam dar nove voltas (homens) ou sete voltas (mulheres) em torno da *árvore do esquecimento*, plantada pelo Rei Agadja em 1727 e situada no porto do Ouidah. Uma vez terminado o ritual, acreditava-se que aqueles escravos teriam perdido a memória, esquecendo sua origem, identidade cultural e referências geográficas, tornando-se seres vazios, desumanizados. O objetivo do ritual era o de privar aqueles homens e mulheres dos elementos simbólicos que sustentam sua identidade, como a memória, cultura e territorialidade, de forma a minar sua capacidade de resistência e garantir o êxito do processo de dominação.

A afirmação e proteção dos direitos humanos pressupõe que se faça o caminho de volta, que se possa rodar em sentido anti-horário na *árvore do esquecimento*, resgatando identidades, memórias, referências espaço-temporais e políticas que deem conta dos diversos rostos e experiências envolvidos. Para que seja garantido o direito à memória e à verdade histórica, conforme já sinalizado em carta aberta à comunidade na fundação do Movimento Negro Unificado: “É preciso garantir que esse movimento seja um forte movimento de luta permanente da comunidade, onde todos participem da verdade, definindo os caminhos do movimento”. É preciso que se produza uma memória colorida, com todas as matizes que compõem a população brasileira (negros, indígenas de todas as etnias, brancos, os de origem asiática, etc.). Esse trabalho pretende garantir que a história seja contada – ao menos – em preto e branco.

VI. Recomendações

1. Que o Estado brasileiro reconheça o Racismo Institucional que contamina seus órgãos, notadamente os de Segurança Pública e Forças Armadas, e que empreenda esforços para combater as violências estruturais que afetam desproporcionalmente a população negra;
2. Que a História do Brasil, no capítulo referente à Ditadura Militar (1964-1985) seja contada e memorializada a partir das diversas lutas contra o regime que foram empreendidas e das diversas formas de violência cometidas, de maneira que não sejam apagadas as experiências dos grupos (mulheres, negros, indígenas, comunidades tradicionais, moradores de favelas, homossexuais, etc) que não estão contemplados no perfil eleito do “militante de esquerda”;
3. Que sejam desenvolvidas políticas de memória da luta negra por liberdade e resistência às mais variadas formas de opressão no período da ditadura militar (1964-1985):
 - a. Que sejam homenageadas as Instituições (entidades, associações, coletivos) e Movimentos de articulação político-cultural negros que militaram no período da ditadura militar e seus militantes;
 - b. Que sejam protegidos e sinalizados os principais lugares de memória negra no período da ditadura militar;
4. Que a aplicação da Lei 10.639/03 (com as alterações promovidas pela Lei 11.645/08) se torne efetiva e incorpore no ensino da cultura e história afro-brasileira a experiência de violência institucional, de resistência política negra e luta por democracia e liberdade, vivenciadas no período de 1964-1985;
5. Que o Estado brasileiro utilize todas as medidas cabíveis, sejam elas afirmativas (de valorização, de combate à desigualdade, de combate ao racismo institucional, de ampliação de espaços de interlocução e representação política) ou reparatórias para enfrentar e coibir a perpetuação das flagrantas

desigualdades étnico-raciais que há séculos determinam as relações sociais e espaços de poder em seu território.

VII. Bibliografia

ALBERTO, Paulina Laura. **Black Activism and The Cultural Conditions For Citizenship in a Multi-Racial Brazil, 1920-1982**. Dissertation in History, Presented to the Faculties of the University of Pennsylvania in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, 2005.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Estado Autoritário e Violência Institucional**. Prepared for delivery at the 2007 Meeting of the Latin American Studies Association, Montreal, Canada September 5-8, 2007.SV1017 – Violence, Security, and Democratic States.

ALVES, José Cláudio Souza. Assassinos no poder. Ação de grupos de extermínio dá lucro à contravenção e favorece a ascensão de políticos ligados ao crime na Baixada Fluminense. In **Revista de Historia da Biblioteca Nacional**, Edição n. 25, Outubro de 2007. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/25>>, acesso em 20 de julho de 2015.

APERJ. PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO DA UNESCO COMITÊ NACIONAL DO BRASIL. REGISTRO NACIONAL. **Polícias Políticas no Estado do Rio de Janeiro**, 2007. Disponível em <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/APERJ%20Memória%20do%20Mundo%20completo.pdf>>, acesso em 20 de julho de 2015.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Org. Elisa Larkin Nascimento. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 93-110.

BARBOSA, Marialva e ENNE, Ana Lucia Silva. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. In **ECO-PÓS**, v. 8, n.2, agosto-dezembro, 2005, pp. 67-87.

CARDOSO, Edson Lopes. **Do Racismo Cordial ao Genocídio Simbólico**. Disponível em <<http://www.bradonegro.com>>, 21 de julho de 2015.

CONTINS, Márcia. **Lideranças Negras**. Rio de Janeiro, RJ: Aeroplano, 2005.
FOLHA DE SÃO PAULO. **Morre o ex-ditador ugandense Idi Amin Dada**. Reportagem da France Press, de 16 de agosto de 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u61714.shtml>>, acesso em 20 de julho de 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: n° 92/93 (jan./jun.). 1998, p. 69-82.

_____ & HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero LTDA, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto, o mito. In **Novos Estudos**, n. 61, novembro de 2001, pp. 147-162.

GUIMARÃES, Valéria Lima. **O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945 – 1950)**, Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder**. Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HERRERA FLORES, Joaquín. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

KIRMELIENE, Wellington. Samba, suor e poder. In **RevistadeHistória.com.br**, de 10 de julho de 2008. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/samba-suor-e-poder-1>>, acesso em 20 de julho de 2015.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **As Lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Movimentos Negros no Brasil entre 1964 e 1983. In **Perseu**, n. 2, ano 2, 2008.

LEITÃO, Alexandre. Os primeiros esquadrões. In **RevistadeHistória.com.br**, 16 de julho de 2014. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/os-primeiros-esquadros>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

LOPES, Nei. Chacoalhando os Xequerés. Música popular, desafricanização e exclusão nos 25 anos do movimento negro. In **25 anos. Movimento Negro no Brasil (1980-2005)**. 2ª. Ed., Org. Januário Garcia. Edição Fundação Cultural Palmares: Brasília, DF, 2008.

MOORE, Zelbert L. Out of the Shadows: Black and Brown Struggles for Recognition and Dignity in Brazil, 1964-1985. In **Journal of Black Studies**, vol.19, n.4 (Jun. 1989), pp. 394-410.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In **Estudos Avançados**. vol.18 no.50 (Jan./Apr.) São Paulo: 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>>

OLIVEIRA, Fábio Nogueira e RIOS, Flavia. Consciência negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1953-1999). In **Contemporânea**. V. 4, n.2, p. 507-530, Jul.-Dez., 2014.

OLIVEIRA, Iris Agatha de. **Black soul e “Samba de Raiz”**: convergências e divergências do Movimento Negro no Rio de Janeiro-1975 – 1985. Orientadora: Carmen Irene Oliveira. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Pós-Graduação em Memória Social – PPMGM, 2014.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O Mundo Negro**. Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

RIOS, Flavia Mateus. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo**. Tese de Doutorado. Orientador Antonio Sergio Alfredo Guimarães. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 2008.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Movimento negro e Estado**: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. 1ª. ed. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Coordenadoria Especial do Negro, 2007.

SCHEURICH, J. J., & YOUNG, M. Coloring epistemologies: Are our research epistemologies racially biased? In **Educational Researcher**, 26 (4), 1997, pp. 4-16.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira. 25 Anos e alguns antes. In **25 anos. Movimento Negro no Brasil (1980-2005)**. 2ª. Ed., Org. Januário Garcia. Edição Fundação Cultural Palmares: Brasília, DF, 2008.

SIMAS, Luiz Antonio; FABATO, Fábio. **Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos**. 1. Ed. – Rio de Janeiro : Mórula, 2015.

SOLÓRZANO, Daniel G.; YOSSO, Tara J. Critical Race Methodology: Counter-Storytelling as an Analytical Framework for Education Research. **Qualitative Inquiry**, Volume 8 Number 1, pp. 23-44, 2002.

TAVARES, Julio Cesar de Souza. Retrospectiva Histórica do Movimento. In **25 anos. Movimento Negro no Brasil (1980-2005)**. 2ª. Ed., Org. Januário Garcia. Edição Fundação Cultural Palmares: Brasília, DF, 2008.